

Acção Socialista



N.º 1313 15 Outubro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ORÇAMENTO DE ESTADO 2009

SENSIBILIDADE SOCIAL, REALISMO, PRUDÊNCIA E RIGOR



CENÁRIO MACROECONÓMICO

0,6% PRODUTO
INTERNO
BRUTO

2,5% TAXA DE
INFLAÇÃO

7,6% TAXA DE
DESEMPREGO

2,2% DÉFICE
PÚBLICO

2,9% AUMENTO
SALARIAL DA
FUNÇÃO PÚBLICA

4,0% INVESTIMENTO
PÚBLICO

O Orçamento de Estado para 2009, entregue ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, no passado dia 14 de Outubro, pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, é

marcado pela responsabilidade: a responsabilidade financeira, a responsabilidade social e a responsabilidade no apoio à economia, às empresas e à criação de emprego.

20

Entrevista

Capoulas Santos:
“Contrariar o excesso de liberalismo das propostas da Comissão na reforma da PAC”



7

Entrevista

Nélson Baltazar:
“Deverá ser dada uma particular atenção à formação de condutores e peões”



10

Debate quinzenal

Governo enfrenta crise apoiando famílias e empresas



5

Eleições nos Açores

Carlos César convicto de nova vitória



9

VEJA NESTE EDIÇÃO DO “ACÇÃO SOCIALISTA” AS CANDIDATURAS ÀS FEDERAÇÕES

13

Ramos Preto participou num seminário sobre política de ambiente e alterações climáticas

As alterações climáticas estiveram no centro de um seminário internacional realizado em Paris em que participou o deputado socialista Ramos Preto.

SOB os auspícios da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), realizou-se na capital francesa, em princípios deste mês de Outubro, um encontro internacional que contou com a participação de políticos e de especialistas de diversas áreas, que serviu principalmente para se fazer uma avaliação das situações relacionadas com as políticas de ambiente e com toda a problemática que envolve as alterações climáticas.

Saber como podem os países membros e não-membros desta organização internacional desenvolver sinergias de forma a enfrentarem com êxito os vários desafios climáticos, ou responder, de forma clara, à pergunta de como o desenvolvimento económico e social pode ou não condicionar o estado do ambiente até 2030, foram algumas das questões que os participantes procuraram responder.

Segundo os especialistas presentes neste seminário em Paris, a humanidade pagará um preço muito alto caso não se encontrem entretanto novos caminhos e novas soluções políticas, económicas, sociais e ambientais.

Sem novas políticas, defenderam, "a humanidade corre o risco de estar a danificar de forma irreversível o ambiente" e a base dos "recursos



naturais necessários ao crescimento económico e ao bem-estar das sociedades", já que o custo da inacção política "pode representar um preço demasiado elevado", defenderam ainda os especialistas presentes neste encontro da OCDE.

Para o deputado socialista Ramos Preto, o relatório saído deste encontro assume um carácter importante porque aponta os caminhos mais adequados e mostra que resolver os problemas ambientais que enfrentamos actualmente, incluindo as alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez de água e impactos da poluição sobre a saúde,

"é algo simultaneamente exequível e financeiramente viável".

Na perspectiva de Ramos Preto, as medidas ambientais defendidas no relatório "podem aumentar a eficácia da economia e reduzir a despesa com a saúde", sublinhando que os benefícios em antecipar um conjunto de acções de forma a enfrentar os desafios ambientais, "irão provavelmente exceder os custos".

O preço da inacção

Como releva o deputado socialista Ramos Preto, se não forem concretizadas novas medidas, novas políti-

cas, corremos o risco, nas próximas décadas, de alterar irreversivelmente as bases ambientais para uma prosperidade económica sustentável, podendo suceder que as emissões globais de gases com efeitos de estufa cresceram até 2030 mais de 37%, e 52% até 2050.

Deste cenário poderá resultar, como afirmou, até 2050, "num aumento das ondas de calor, secas, tempestades e inundações", acrescentando a possibilidade de existência de danos assinaláveis nas infra-estruturas básicas e nas culturas agrícolas.

Para que este cenário possa ser contrariado, a OCDE, lembra Ra-

mos Preto, recomenda que se utilize, entre muitos outros mecanismos, um conjunto de políticas complementares, de forma a abordar os maiores e mais complexos problemas ambientais, dar prioridade à acção em sectores que conduzam à degradação ambiental, garantir que a globalização pode levar a uma utilização mais eficaz dos recursos e melhorar as parcerias entre os países membros e não-membros da OCDE de forma a enfrentarem os desafios ambientais globais e assim estarem mais preparados para difundirem o conhecimento e as melhores práticas tecnológicas. **R.S.A.**

JS tem nova direcção nacional

NO PASSADO dia 14 de Setembro, reuniu, em Loures, a Comissão Nacional da Juventude Socialista (JS), naquela que foi a primeira reunião do mandato iniciado com os novos órgãos nacionais, eleitos no XVI Congresso Nacional, realizado entre 18 e 20 de Julho, no Porto. A Comissão Nacional elegeu, de início, a Mesa que presidirá aos trabalhos neste biénio e, de seguida, votou a proposta de Secretariado Nacional apresentada pelo secretário-geral, Duarte Cordeiro, que logrou a sua aprovação expressiva pelos comissários nacionais. Deste modo, o novo Secretariado Nacional da JS é composto por: Pedro Vaz (secretário-geral adjunto da JS), Antónia Alves, António Fantasia, Artur Patuleia, Bruno Julião, Célia Pesseguero, Cláudia Ferreira, Diogo Leão, Fernando Morgado, Hugo Costa, João Torres, Luis Sá, Mafalda Serrasqueiro, Marco Gois, Maria Inês, Nuno Vieira, Pedro Alves, Pedro Sousa, Rafaela Teixeira, Ricardo Lino, Rita Leão, Rita Pereira, Rui Duarte e Tiago Barbosa Ribeiro. Foi também eleita a Comissão Política Nacional da JS, os representantes da Juventude Socialista à Comissão Política



Nacional do Partido Socialista e o director do "Jovem Socialista", órgão oficial nacional de comunicação da JS, que será dirigido por Tiago Gonçalves.

JS apresenta "Nove Sinais de Modernidade e Igualdade"

A primeira Comissão Nacional da JS é sempre por força estatutária uma reunião onde os comissários nacionais se ocupam de uma ordem de trabalhos composta por diversos actos eleitorais ou na aprovação final da proposta de

alteração estatutária, contudo, nesta primeira reunião, Duarte Cordeiro fez questão de apresentar um pacote de "nove medidas como sinais de modernidade e igualdade" a propor pela JS ao Governo, tendo como objectivo a sua integração no próximo orçamento de Estado. A criação do projecto-piloto "Damião de Gois", uma adaptação do projecto europeu Erasmus ao território nacional, é uma delas. Na área dos transportes, outro sinal que a JS quer propor ao Governo, passa pela introdução de descontos em horários de menor utilização do Metro e Comboios para estudantes do ensino superior. A JS, também consciente de que o actual modelo de educação sexual nas escolas não funciona como pretendido, a proposta da JS passa pela criação de um "Dia da Educação Sexual" para o 2º e 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário. "Durante este dia serão dadas aulas e realizadas actividades em torno da educação para a afectividade e da educação sexual, abordando, entre outros temas, o planeamento familiar, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o respeito pela diferença", explicou Duarte

Cordeiro. Também a adopção de manuais escolares electrónicos é mais uma proposta defendida pela JS, até como forma de incentivar a utilização dos novos meios de comunicação, mas também a criação de um projecto-piloto para o sistema de empréstimo de manuais escolares. No âmbito do Emprego, a JS é defensora de uma proposta tendo em vista o reforço financeiro dos Estágios Profissionais, de modo a serem possíveis mais 5 mil estágios profissionais no próximo ano e que se juntam aos 25 mil estágios já apoiados pelo Governo. Uma actuação fiscalizadora mais activa da Autoridade das Condições do Trabalho é também ansiada pela JS, que propõe o reforço orçamental da Autoridade. A respeito do ambiente, a JS irá propor a realização de descontos no pagamento de portagens no valor de 20%, em todo o território nacional, para os veículos que transportem três ou mais pessoas. Outra medida, que nesta área a JS propõe, é a divulgação pública das facturas energéticas de todos os organismos públicos e a fixação de metas tendo em vista a redução dos gastos energéticos das entidades públicas.

Portugal na vanguarda das energias renováveis

GERAÇÃO DE IDEIAS

Em três anos de governação socialista preparou-se o caminho para que o nosso país tivesse hoje uma ambição e uma palavra a dizer em matéria de energias renováveis, sublinhou o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, ao encerrar, no dia 4 de Outubro, em Setúbal, a sessão pública sobre “O futuro energético em Portugal: que opções?”, promovida pela “Geração de Ideias”, um movimento constituído por jovens quadros de centro-esquerda.

MARY RODRIGUES

“EM 2005 decidimos apostar na eficiência energética e nas energias renováveis. Hoje, a energia transformou-se numa das questões políticas mais importantes para o sucesso económico de um país, mas também para a sua segurança e independência”, declarou Sócrates, para quem o Estado deve ter uma orientação estratégica, força para decidir e a determinação para agir, especialmente em momentos de crise.

Perante a numerosa assistência reunida no auditório da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, o secretário-geral do PS criticou os políticos que convidam o país à “desistência” e que defendem um Estado mínimo.

“Aqueles que dizem que não há dinheiro para nada e que as iniciativas não levam a lado algum estão a prestar um mau serviço a Portugal”, denunciou, criticando todos os que teimaram em que havia Estado a mais, que o queriam reduzir e o apoucavam, mas que agora são os primeiros a pedir ajuda estatal.

“As decisões implicam sempre riscos, mas nós decidimos passar à acção”, referiu, lembrando que as principais apostas do Executivo socialista passam pela exploração do nosso potencial hídrico e pela energia eólica.

“O mais importante – venceu – é termos criado a dinâmica, o movimento e termos vencido a inércia”, assumindo a quinta meta mais ambiciosa a nível europeu e mundial em matéria de renováveis.

Defendeu de seguida que os mais recentes acontecimentos no mundo provaram estar errada a tese segundo a qual o mercado tudo resolve, responsabilizando os “comportamentos imorais e indecentes” no sistema bancário norte-americano pela presente dimensão da crise financeira mundial.

Depois, afirmou que o Governo do PS tomou as decisões certas e executou as políticas adequadas tendentes ao cumprimento do ambicioso plano estratégico delineado para o sector energético, apostando nas energias renováveis.

Assim, como boa-nova, anunciou que o nosso país poderá deixar de

importar electricidade em 2020, gerando-a através da água e do vento, considerando, porém, que a ideia de construir centrais nucleares em Portugal não reunirá o consenso social suficientemente forte para poder avançar.

Neste ponto, o primeiro-ministro disse que tem acompanhado o debate sobre o nuclear “bastante de perto” e advertiu que as decisões políticas em matérias energéticas e ambientais devem basear-se “num julgamento social” e “na ponderação técnica de diferentes pontos de vista”, lembrando polémicas passadas com o processo da co-incineração, por exemplo.

Ainda em relação ao nuclear, o líder socialista referiu-se aos significativos avanços registados no panorama energético português ao longo dos últimos três anos, referindo que o país cresceu na produção de energias renováveis de 500 para 2500 megawatts, o que “corresponde a duas centrais nucleares”.

Na sua intervenção, Sócrates defendeu igualmente a aposta nos carros eléctricos como forma de reduzir as importações de petróleo, declarando, nesse sentido, que o Executivo tomará medidas para que estes veículos se tornem atractivos para os consumidores, quer em termos de preço, quer no que respeita à rede de abastecimento.

“Vamos investir na investigação e na criação de uma infra-estrutura para estes carros porque queremos criar condições no nosso país para que um cidadão possa escolher um veículo eléctrico sem pagar mais por isso”, concluiu.

Nuclear não é para já

Neste encontro promovido pela “Geração de Ideias” participaram também os especialistas e professores universitários António da Sá Costa, Carlos Varandas e Tiago Farias.

Sá da Costa, que preside actualmente à Associação Portuguesa de Energias Renováveis, centrou a sua intervenção nas vantagens e nos problemas associados à produção de energia eléctrica pela via renovável.

Para este académico, “vai haver em breve uma transferência de consumo do vector dos combustíveis



fósseis para o vector electricidade” e isso vai manifestar-se nos “modelos de negócio e nas facturas das pessoas”.

Apontando que já pode ver-se uma alteração de filosofia em matéria energética no nosso país, estimou que no prazo de 12 anos Portugal poderá contar com 66% de energias renováveis, facto que não só permitirá uma maior independência face aos produtores mundiais, mas contribuirá também para equilibrar a nossa balança comercial.

De seguida, Carlos Varandas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, fez uma densa intervenção sobre se o nuclear é uma alternativa energética a desenvolver em Portugal.

Segundo Varandas, “do ponto de vista técnico”, a energia nuclear pode contribuir para atingir as metas de Quioto, mas, antes, “é preciso desenvolver uma campanha de informação e familiarização das pessoas”

com este vector energético, “criar um plano energético que aponte claramente para a necessidade deste tipo de energia” e constituir uma entidade reguladora independente para o sector, aconselhando ainda a realização de estudos de impacto ambiental e geológico e a formação de mais técnicos especializados.

A finalizar a sua intervenção, Carlos Varela deixou claramente expressa a sua ideia de que, actualmente, “Portugal não reúne estas condições necessárias para ter no seu território uma central nuclear”, e não as terá a curto nem a médio prazos.

Por seu turno, o professor Tiago Farias, também do IST, focalizou as questões energéticas no sector dos transportes, advogando a “promoção da mobilidade para dar mais acessibilidade”, a aposta na “proximidade e na conectividade” através das novas tecnologias.

Para Farias, “a solução ao problema do consumo energético

nos transportes portugueses não passa essencialmente por políticas, mas pela consciencialização dos cidadãos”.

Embora considerasse vital apostar em novas fontes de energias renováveis, desenvolver a tecnologia dos veículos (área em que o carro eléctrico é a sua primeira opção), gerir melhor a mobilidade (não só com mais oferta de transporte e estacionamento, mas também com mais e melhor planeamento urbanístico), Tiago Farias não deixou de vincar que uma estratégia energética em Portugal só terá verdadeiro sucesso se se operar a indispensável alteração comportamental nas pessoas no sentido de estas passarem a usar, por exemplo, mais os “modos suaves” de transporte.

Uma tal mudança de mentalidade, terminou, “requer uma aposta política determinada na formação, na educação e na comunicação dos cidadãos”.

OPINIÃO

OSCAR GASPAR
Economista

É certo que estamos longe do "New Deal" e do Plano Marshall mas será que o PSD continua firme na intenção de que o Estado deve ficar de braços cruzados a assistir ao (não) funcionamento do mercado?

GOLD MAN SUCKS OU A FORÇA DO BETÃO

A SUPOSTA política económica do PSD é um tratado. É preciso um grande esforço intelectual para acompanhar a sucessão de posições e tentar entender os efeitos pretendidos.

Passados quatro anos da tanga tivemos a estimulante revelação de que não há dinheiro para nada. Já se sabia que a tese do choque fiscal tinha sido remodelada mas, ainda assim, surpreende que o principal partido da oposição não encontre vantagens na redução da carga fiscal para as PME.

Mais simplista é dizer que uma linha de crédito para as empresas não é solução porque aumenta o endividamento. Ao La Palisse do PPD/PSD só faltou dizer que Planos Paulson, Brown ou Eurogrupo são meros incentivos à dívida mas qualquer gestor lhe teria explicado que a gestão de tesouraria é básica e que a liquidez (ou falta dela) é tão pouco importante que quase levou o sistema financeiro ao tapete.

Não deve ser fácil estar na oposição e não ter o que opor, tanto mais quando uma das suas correntes ideológicas não só é desmentida pela realidade como parece não ter qualquer esboço de reacção. O liberalismo puro e duro da defesa da privatização da CGD, do Estado mínimo e das propostas mediáticas do Compromisso Portugal sai de cena desamparado e sem glória.

É mesmo estranho como os barões do discurso individualista e os apóstolos do sacro-santo mercado aceitam o desfecho das suas políticas. Começaram por dizer que o "subprime" é uma das grandes invenções do sistema financeiro mas agora não assumem qualquer responsabilidade. Parece que o que aconteceu foi algo mecânico e inevitável e quase somos tocados pela ingenuidade. Na entrevista ao "Público", no dia 13 de Outubro, o vice-presidente do PSD, António Borges, dá a cara pela tese "Quando se fala em risco, temos que ter presente que, na maioria dos casos, havia a convicção de que não existia risco nenhum, porque o activo mais seguro de todos eram as casas, que surgiam como a garantia sempre preferida. E o sistema foi montado com a ideia de que não existia grande risco pois o preço das casas há mais de 20 anos que subia. (...) Não se pode atribuir a responsabilidade nem ao sistema, nem talvez às autoridades, porque numa situação de bolha especulativa é muito difícil às pessoas darem-se conta do que se está a passar".

Estranho, muito estranho. Comecei a vida profissional num banco de investimento português e desde o primeiro dia que aprendi que não há crédito pela garantia. O racional para quem empresta é que o devedor tenha rendimentos que lhe permitam satisfazer o serviço da dívida – o crédito não deve ser aprovado quando já seja esperado que haja incumprimento, a não ser que haja um interesse estratégico em accionar a garantia e, eventualmente, a ficar com ela. Em termos muito concretos, não se deve emprestar a quem é expectável que não pague porque o processo por incumprimento é moroso, tem custos e a gestão de bens penhorados não pertence ao "core" bancário. Dito de uma forma mais canónica, a concessão de crédito implica a existência de fluxos gerados ao longo do projecto que, actualizados, permitam reembolsar o empréstimo e satisfazer os necessários encargos.

Pelos vistos, em alguns bancos dos EUA não era assim, mas também não há por parte do ideólogo económico de Manuela Ferreira Leite uma palavra de crítica porque quando se lhe pergunta se "a Banca de Investimento não actuou de forma irresponsável" limita-se a registar "Todos falharam. A Banca de Investimento estava a contar com garantias ligadas ao valor das casas. O sistema financeiro considerou que a propriedade era o bem mais sólido. Só que a partir de certo momento, quando a PM se altera e as taxas de juro começam a subir, a reacção foi a consciencialização da falta de sustentabilidade".

Estranho, tudo um pouco estranho, nomeadamente a fé no valor do betão. Mas as coisas podem ser diferentes num lado e no outro do Atlântico. Repare-se que quem ontem acreditava na compra do imobiliário e na sua valorização não defende hoje que possa haver recurso a endividamento para investimentos produtivos, nomeadamente o promovido pelo Estado para promover a competitividade do país.

Os teóricos do PSD têm mais um dilema a ultrapassar. Há uns meses diabolizavam (todo) o investimento público porque "não havia dinheiro para nada" e agora ouvem vozes de toda a Europa à procura de vias que recuperem a economia. É certo que estamos longe do "New Deal" e do Plano Marshall mas será que o PSD continua firme na intenção de que o Estado deve ficar de braços cruzados a assistir ao (não) funcionamento do mercado? E algum português acredita?

Sócrates inaugura unidade de cuidados integrados em Alijó

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, assinalou o Dia Mundial do Idoso em Trás-os-Montes, inaugurando uma unidade de cuidados integrados de saúde em Alijó, sua terra natal, que representa um investimento de 1,8 milhões de euros, para além dos 270 mil euros investidos em equipamento.

Na ocasião, José Sócrates, que se encontrava acompanhado pela ministra da Saúde, Ana Jorge, e pelo secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, destacou duas políticas governamentais de apoio aos idosos, como a criação das unidades de cuidados continuados integrados, através do qual já foram criadas 2690 camas, e o complemento solidário atribuído a 131 mil idosos.

"Vimos assinalar essas duas mudanças fundamentais da política de protecção aos idosos, as unidades de cuidados continuados e o complemento solidário, que representam um esforço que todos estão a fazer através



dos seus impostos para ajudar os compatriotas que precisam de solidariedade nacional", disse.

A nova unidade de cuidados integrados, que será gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Alijó, terá nove camas de média duração e 23 camas de longa duração.

Sobre o encerramento nocturno do serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Alijó, Sócrates disse que "apesar das incompreensões, as

coisas melhoraram em Alijó em termos de saúde", destacando a existência de um novo centro de saúde, inaugurado há dois meses, a instalação de uma ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida) e agora a unidade de cuidados continuados.

Por sua vez, a ministra da Saúde salientou a necessidade de se desenvolver o apoio domiciliário integrado nos sete dias da semana.

PS/Porto debate política de Saúde

O SECRETÁRIO de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, foi o orador do último debate que a Secção Sectorial da Saúde do PS/Porto organizou, encontro que se realizou na sequência de outras discussões levadas a cabo sobre a mesma temática.

Numa sala repleta de gente disposta a contribuir para o debate das principais questões ligadas à Saúde, Manuel Pizarro deu conta das medidas que o Governo tomou ou está em vias de anunciar em relação ao sector, nomeadamente no que respeita aos cuidados de saúde primários, com particular ênfase para a criação das Unidades de Saúde Familiares (USF), ou ainda para a rede de cuidados continuados.

Mas outros assuntos ligados à



política da saúde foram igualmente abordados, tendo merecido, da parte do responsável governamental, especial atenção a reorganização que tem sido feita no sector dos cuidados hospitalares,

com a criação, designadamente, dos novos Centros Hospitalares, dando especial destaque ao rigor no cumprimento orçamental estabelecido pelo Ministério da tutela para o sector.

Criado Observatório do Tráfico de Seres Humanos

RECOLHER, tratar e difundir informação sobre tráfico de pessoas e formas diversas de violência de género é o objectivo do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, aprovado pelo Conselho de Ministros de 2 de Outubro.

"A criação deste observatório é uma medida que está prevista no Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos. Com a aprovação do decreto, Portugal estará em

condições de conhecer melhor a realidade do tráfico de seres humanos", referiu o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, no final do Conselho de Ministros.

O secretário de Estado disse que a criação do observatório poderá "concorrer para o esforço internacional em matéria de prevenção e combate ao flagelo do tráfico de seres humanos".

Ao longo dos últimos anos, adian-

tu, "Portugal tem-se vindo a colocar na linha da frente relativamente aos países que mais importância dão aos objectivos do combate ao tráfico de seres humanos".

Segundo o secretário de Estado da Presidência, ainda durante o corrente mês será lançada uma campanha de sensibilização da opinião pública em matéria de prevenção do tráfico de seres humanos.

Governo enfrenta crise apoiando famílias e empresas

Alargar a prestação do 13º mês do abono de família a todos os beneficiários, criar uma linha de crédito para as PME de mil milhões de euros e descer a taxa do IRC de 25 para 12,5% para os primeiros 12500 euros de matéria colectável foram as medidas que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento, destinadas a ajudar as famílias e as empresas a enfrentarem a grave crise financeira internacional.

Na mesma ocasião, José Sócrates anunciou também que o Governo cumprirá o seu dever, garantindo a segurança dos depósitos dos portugueses.



JOSÉ SÓCRATES garantiu no debate quinzenal, na Assembleia da República, dedicado à situação económica internacional, que o Governo vai cumprir o objectivo a que se tinha comprometido de encerrar o ano de 2008 com um défice das contas públicas nos 2,2%, recordando ser este o défice "mais baixo da democracia portuguesa".

Sem levantar demasiado o véu sobre as grandes propostas do Orçamento de Estado de 2009, programa que o Executivo vai apresentar no Parlamento dentro de uma semana, Sócrates não deixou de referir que o Governo "prosseguirá uma política de rigor" com o necessário controlo da despesa pública e a contenção do défice orçamental.

Portugal, lembrou o primeiro-ministro, realizou nos últimos anos um progresso muito significativo no equilíbrio das suas contas públicas, ganho "que se tornou fundamental", disse, para a sustentada credibilidade externa que o país ostenta, recordando que esta importante mais-valia, deu igualmente mais força e credibilidade às empresas portuguesas, algo que na sua opinião, "não pode agora ser desbaratado" voltando de novo o país ao "ciclo vicioso de incumprimento-correcção-incumprimento, nas contas públicas", o que seria "andar para trás e atraiçoar gravemente todo o esforço feito pelos portugueses ao longo dos últimos três anos".

Só depois do enorme esforço alcançado no controlo do défice das contas públicas é que é possível ao Governo, disse José Sócrates, poder agora avançar com um con-

junto de novas iniciativas, duas com o enfoque nas empresas e uma nas famílias, tendo em vista ajudar a minimizar os efeitos nefastos que esta crise está já a trazer principalmente ao quotidiano das pequenas e médias empresas e às famílias com menores rendimentos.

O primeiro-ministro lembrou, por outro lado, que o país continua a crescer e que apesar da actual conjuntura económica e financeira internacional a economia portuguesa apresenta sinais positivos que importa relevar, como salientou, recordando que a inflação "é a segunda mais baixa da zona euro" e que Portugal apresenta, paralelamente, dos melhores índices comunitários no que toca à redução do défice orçamental, números que são sustentados "na contenção da despesa pública".

Depois de garantir que os depósitos dos portugueses estão garantidos, Sócrates confirmou que o sistema financeiro português "tem sido capaz de enfrentar de forma positiva a actual conjuntura de crise financeira", não deixando contudo de concordar que o que se passa não é uma situação que possa ser lida como uma crise bancária "mas como um escândalo bancário", sustentado em lógicas de gestão orientadas para o imediato, "com uma regulação totalmente permissiva, práticas abusivas e uma ganância de proporções históricas".

Apoio às PME

Na sequência da actual crise financeira, o Governo anunciou que vai apoiar de imediato as pequenas e médias empresas (PME),

com duas medidas que, na opinião do chefe do Executivo, certamente que se mostrarão muito importantes na ajuda à actual conjuntura de crise "que começa já a fazer-se sentir na economia real".

A primeira é que no Orçamento de Estado (OE) para 2009 o Governo vai propor uma baixa substancial do IRC, passando a taxa para metade dos actuais 25% para 12,5% para os primeiros 12 500 euros de matéria colectável. Criando assim dois escalões no IRC: um de 12,5% para a matéria colectável até aos 12.500 euros, e outro, de 25%, para valores superiores.

Desta forma, garantiu Sócrates, 300 mil empresas, cerca de 80% do total das unidades produtivas nacionais, verão reduzido para metade o seu esforço com o pagamento deste imposto, já que ele será extensivo a todas as empresas, mas com o maior benefício a ser retirado pelas PME.

A outra medida que o primeiro-ministro foi anunciar ao Parlamento, dirige-se também e sobretudo às empresas de menor dimensão, e refere-se à criação de uma nova linha de crédito, no valor de mil milhões de euros, verba que se vem juntar a uma outra recentemente aprovada pelo Governo no valor de 750 milhões de euros, e que entretanto já foi totalmente utilizada, sendo que em ambos os casos a taxa de juro praticada é inferiores à da Euribor.

Na opinião do chefe do Executivo, com estas duas medidas, as pequenas e médias empresas vêem reconhecido, "uma vez mais", o seu papel na economia

portuguesa, medidas que lhes permitem fixar e em muitos casos aumentar o emprego, ajudando deste modo, a criar maior riqueza no país.

Aumentar a atenção sobre as famílias

Para o Governo, como frisou o primeiro-ministro, a crise importada que nos está a atingir, obriga a que se actue com responsabilidade olhando com especial atenção para as famílias, "sobretudo para aquelas que dispõem de menores rendimentos".

Esta tem sido aliás, lembrou, "desde o início", uma prioridade das políticas sociais deste Governo, sector onde têm vindo a ser tomadas importantes decisões como o aumento "sem precedentes" do abono de família, a criação do abono pré-natal, o aumento das deduções fiscais para as famílias com filhos, o reforço da acção social escolar, a criação do passe escolar, a majoração no IRS das deduções dos encargos com a habitação própria, a redução da taxa máxima do IMI e o alargamento do respectivo prazo de isenção.

Para minimizar os efeitos em Portugal desta crise que está a afectar todas as economias mundiais, Sócrates anunciou uma nova iniciativa, recordando que actualmente as famílias do primeiro escalão, ou seja aquelas com os rendimentos mais baixos, já beneficiam no mês de Setembro de uma 13ª prestação para apoio às despesas com a escola dos seus filhos, tendo agora o Governo decidido alargar esta iniciativa a todas as famílias beneficiárias.

Como sublinhou o primeiro-ministro, esta medida vai apoiar mais de 780 mil famílias, "reforçando, deste modo, e de forma muito evidente, as políticas sociais do Estado".

Esta é uma crise global

Também o líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, referiu-se à actual conjuntura financeira mundial, lembrando que esta "é uma crise global" que está a afectar de forma transversal "todas as economias democráticas".

As razões desta crise, frisou, prendem-se sobretudo com a ganância, com a má gestão e com uma enorme desonestidade por parte de muitas entidades ligadas à banca internacional.

Mas esta crise, acrescentou, coloca-nos agora perante um novo cenário, "um desafio", como lhe chamou, com o qual nos teremos que defrontar.

Com a queda do "fundamentalismo do mercado", algo que, como recordou Alberto Martins, alguém já comparou com a queda do "fundamentalismo de Estado", conceito que caiu e ruiu, como todos nos recordamos, em 1989 com a queda do Muro de Berlim, cai por terra "a ideia tola" de que o mercado se regula a si próprio.

A actual crise vem provar a falência do modelo neoliberal de mercado que vingou nos EUA, sobretudo durante a Administração Bush. Para Alberto Martins, para que o mercado possa funcionar sem grandes sobressaltos é necessário a existência de um "Estado presente e regulador". R.S.A.

Projecto-piloto de segurança avança em Loures

O MUNICÍPIO de Loures assinou recentemente com o Ministério da Administração Interna (MAI) um Contrato Local de Segurança (CLS) abrangendo, na sua fase de projecto-piloto, as freguesias da Apelação, Camarate e Sacavém, onde existem alguns dos bairros mais problemáticos deste concelho periférico de Lisboa, envolvendo cerca de 50 mil habitantes.

Este contrato, celebrado através do Governo Civil de Lisboa, pressupõe um conjunto de iniciativas designadas de “15 medidas Estratégicas de Segurança para 2008”, e decorre de legislação aprovada pelo Governo que visa promover a cooperação institucional, à escala territorial, mobilizar os agentes sociais e económicos, mas também os cidadãos em geral, para a concretização de acções e iniciativas, no âmbito das políticas preventivas de segurança.

Os contratos locais de segurança consubstanciam um instrumento fundamental no reforço objectivo da segurança e na confiança das populações, através do aprofundamento dos níveis de articulação entre a acção das forças de segurança e os anseios dos cidadãos, do desenvolvimento de programas de policiamento de proximidade e do envolvimento das comunidades, no domínio da segurança comum, enquanto expressão de um efectivo direito de cidadania, onde os direitos aparecem associados aos deveres.

O CLS de Loures estabelece as



seguintes áreas de intervenção: a delinquência juvenil, a pequena criminalidade e os comportamentos anti-sociais.

São definidos cinco principais objectivos para este CLS: reduzir os índices de criminalidade, sobretudo na área da violência juvenil, aumentando deste modo o sentimento de segurança da população; reforçar o policiamento de proximidade na via pública, sobretudo junto dos grupos de risco mais vulneráveis, como escolas e terceira idade; desenvolver uma estratégia e

um plano de acções que permitam a obtenção de resultados; elaborar um diagnóstico nas freguesias abrangidas pelo Contrato Local de Segurança, com base na informação disponível nas forças de segurança, Câmara Municipal de Loures e outros parceiros estratégicos; promover e estimular uma cultura de segurança assente na cidadania participativa e responsabilização dos agentes da sociedade civil e dos cidadãos da comunidade, pela concretização de acções e adopção de comportamentos que contribuam

para a eficácia de políticas públicas preventivas de segurança.

Regras a cumprir

No âmbito do protocolo celebrado, ficaram estabelecidos os compromissos do MAI e da edilidade de Loures necessários à implementação do CLS.

Foi criado um grupo de trabalho, constituído pela governadora civil de Lisboa, por representantes do município de Loures e representantes do comando metro-

politano da polícia de segurança pública (PSP) de Lisboa que tem por missão reunir a informação e os estudos disponíveis que permitam a realização do diagnóstico local, nomeadamente no que respeita a elaborar um plano de acção e de iniciativa que devem enquadrar o CLS, uma proposta sobre a estrutura de gestão e o modelo de financiamento, associar os parceiros locais e celebrar acordos de cooperação estratégica para a entrada em funcionamento do modelo institucional previsto para a operacionalização do CLS.

O Contrato Local de Segurança está em fase de apresentação à comunidade das três freguesias, no sentido de mobilizar e motivar a adesão da sociedade civil ao projecto e incentivar a participação activa da população.

Com este projecto, reforça a governadora civil de Lisboa, Dalila Araújo, pretende o Governo implementar mecanismos participativos ao nível da segurança comunitária, que, para além do papel primordial e insubstituível do Estado, enquanto garante do direito fundamental da segurança, faz apelo à responsabilização individual pela adopção de comportamentos sociais responsáveis.

Esta medida pretende ainda envolver os agentes da sociedade, através de projectos de responsabilidade social, contribuindo para a paz social dos bairros. **R.S.A.**

“MAGALHÃES” É PRODUTO DA MODERNIZAÇÃO DO PAÍS

O COMPUTADOR portátil educativo “Magalhães” é um dos resultados mais visíveis da modernização do país, sendo uma “suite” de aprendizagem que chegará a 500 mil utilizadores nas escolas do 1º ciclo, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 3, durante a cerimónia de assinatura de um memorando de entendimento entre a Microsoft e o Governo português para a internacionalização do computador.

“O ‘Magalhães’ não é uma estrela que caiu do céu, mas um dos mais visíveis resultados do movimento de modernização que atravessa a sociedade portuguesa”, afirmou José Sócrates.

A “suite” de aprendizagem ‘Magalhães’ vai estar disponível em Portugal e no resto do mundo, constituindo um pacote completo de software, conteúdos, formação, serviços e suporte, criado exclusivamente pela Microsoft para este portátil.

“O ‘Magalhães’ é também o produto desse movimento porque simboliza a ideia de que todos nós queremos que as tecnologias de informação e comunicação estejam presentes em toda a sociedade, mas principalmente no sistema de ensino”, acrescentou.

Para o primeiro-ministro, a adopção deste portátil nas escolas melhora a aprendizagem, o ensino e o nível de estudos.



Cursos profissionais nas escolas públicas são essenciais

O ALARGAMENTO dos cursos profissionais às escolas públicas é fundamental para diversificar a oferta e conseguir responder a necessidades de alunos, famílias e mercado, afirmou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, no dia 1, durante a cerimónia de inauguração das novas instalações da Escola Profissional do Montijo.

“As escolas profissionais afirmaram-se como um segmento com potencialidades e resultados, o que fizemos foi alargar às escolas públicas, pois, já que resultavam, outras escolas podiam ser beneficiadas”, disse, salientando que “em menos de dois anos abrimos milhares de cursos e respondemos a um relatório internacional que defendia que devíamos diversificar a oferta para responder às necessidades”.

A ministra da Educação referiu que é necessário responder ao

“martírio” do abandono escolar e do fraco rendimento e conseguir aumentar o número de alunos no ensino secundário, explicando que o alargamento foi feito com base na experiência das escolas profissionais, que, com várias parcerias, com entidades públicas e privadas, se mobilizaram para oferecer um serviço.

“A meta é conseguir 50/50, entre os que prosseguem os estudos e os que entram na via profissional, e estamos em vias de cumprir, sendo um dos principais instrumentos para combater o insucesso escolar”, disse.

500 mil adultos em formação

Maria de Lurdes Rodrigues sustentou também que é necessário aumentar a qualificação dos portugueses, sublinhando que os cursos e a formação modelar vieram

responder a estas necessidades, existindo actualmente “mais de 500 mil adultos” em formação.

E considerou que “este movimento é um desafio para o país e não se pode falhar. Tem que se proporcionar uma formação e certificação de qualidade, exigente e rigorosa”.

Por outro lado, a ministra defendeu ainda a abertura das escolas ao exterior e destacou o papel das parcerias, afirmando que a missão da escola de hoje “é mais exigente”.

“Muitas vezes falam com nostalgia das escolas antigas, com exemplos de excelência, mas essas escolas não tiveram um décimo da exigência de hoje, pois as escolas de hoje são para todos os alunos. Antes do 25 de Abril apenas 7% dos alunos frequentavam o secundário, hoje cria-se condições para que todos possam frequentar”, sublinhou.

Reforma da PAC

“Relatório Capoulas” aprovado por larga maioria na Comissão de Agricultura do PE

Corrigir os aspectos mais negativos da reforma intercalar da PAC foi o objectivo do relatório, apresentado pelo eurodeputado socialista Capoulas Santos, que foi aprovado por larga maioria na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Capoulas Santos sublinha que o seu relatório visa contrariar a “manifesta insensibilidade social” e o “claro excesso de liberalismo” contidos nas propostas da Comissão que se traduzem, nomeadamente, na exclusão das ajudas comunitárias a todos os agricultores que recebem menos de 250 euros por ano ou que possuam menos de um hectare, o que iria afectar quase 40% dos agricultores portugueses.

O processo de reforma intercalar da PAC em curso tem vindo a ser designado por “Health Check”? Significa isso que a PAC está doente?

Segundo o discurso da Comissão tratar-se-ia apenas de fazer o ponto de situação da aplicação da última grande reforma da política agrícola comum, concluída em 2003, e de introduzir pequenos ajustamentos até ao fim da sua vigência, em 2013. Porém, o que está verdadeiramente em causa é muito mais do que isso. Está na realidade a definir-se a orientação da política agrícola europeia para lá de 2013 e a condicionar-se a discussão do futuro modelo de PAC, cujo início formal está previsto para 2010, no preciso momento em que irão também discutir-se as perspectivas financeiras para o período pós-2013.

Em que consistiu exactamente o seu relatório?

Tratou-se de preparar a resposta do Parlamento às propostas da Comissão para a revisão de três regulamentos e de uma decisão, englobando praticamente todos os aspectos mais relevantes da PAC: Pagamentos Directos aos agricultores, Medidas de Mercado e Desenvolvimento Rural. Apresentei cerca de 200 emendas visando corrigir os aspectos mais negativos da proposta da Comissão e os restantes deputados mais de 800 o que fez deste Relatório, com mais de mil emendas, segundo me transmitiram os serviços do PE, o recordista na Comissão de Agricultura. Isto atesta bem a importância que o PE está a conceder a este tema que constitui também uma das principais prioridades da Presidência Francesa.

Que aspectos mais negativos da proposta da Comissão são esses?

Os mais evidentes são uma manifesta insensibilidade social e um claro excesso de liberalismo. Dou dois exemplos concretos para fundamentar esta afirmação. A Comissão propõe-se excluir das ajudas da PAC todos os agricultores que recebem menos de 250€/ano ou que possuem menos de um hectare. Isto representa apenas 0,84% paga-



mentos directos mas atinge mais de 30% dos agricultores europeus e quase 40% dos portugueses. Quem se preocupa tanto com as migalhas que recebe um elevado número de agricultores não revela qualquer preocupação com aqueles que recebem montantes muito elevados que podem ultrapassar os 500 mil euros, 700 mil euros ou montantes ainda mais elevados e que consomem as fatias mais grossas do orçamento agrícola comunitário.

Quanto ao excesso de liberalismo, refiro-me ao desmantelamento de um elevado número de mecanismos de protecção mercado e ao furor em aumentar drasticamente as quotas de leite até 2015. Visa-se, no caso do leite, liberalizar completamente o mercado a partir daí, entregando os produtores à pura lógica da oferta e da procura. As consequências para as regiões ultraperiféricas e as menos competitivas podem ser dramáticas, uma vez que a um aumento considerável da produção corresponderá um inevitável abaixamento dos preços que tornará inviável a actividade em muitas regiões da Europa onde as alternativas não existem.

Que acolhimento receberam essas suas propostas dos seus pares?

Na votação final do relatório referente aos três regulamentos

obtiveram-se respectivamente 61%, 54% e 87% de votos favoráveis e, no referente à decisão, 86%.

Numa matéria sempre tão controversa como foi possível obter um resultado tão expressivo?

A correlação de forças no Parlamento Europeu é de 215 deputados do PSE para um total de 783 e onde nenhum grupo político detém maioria absoluta. Não é por isso possível aos socialistas nem a qualquer outro grupo fazer aprovar propostas sem negociação e sem compromisso. Foi-me possível estabelecer acordos à esquerda, com os Verdes, e à direita, com o PPE e a UEN num conjunto de seis compromissos em torno das seis questões chave, englobando cerca de 400 emendas, tendo sido aprovados cinco desses compromissos. As restantes emendas foram votadas separadamente. A maior parte das da minha autoria que considero mais importantes foram aprovadas. Foi um processo muito duro, que exigiu muitas e continuadas horas de trabalho, num calendário relativamente apertado, mas, felizmente, valeu a pena. Vamos ver se o segundo round, isto é o processo daqui até ao plenário de Estrasburgo, em 19 de Novembro, onde apenas um mínimo de 40 deputados ou um grupo político podem apresentar emendas, vai ser tão bem sucedido.

PRINCIPAIS PROPOSTAS DO “RELATÓRIO CAPOULAS”

Inclusão da “Segurança no Trabalho” nas condições exigíveis para o recebimento de ajudas pelos agricultores;

Inclusão do factor “Emprego” no cálculo para fixação do montante das ajudas dissociadas;

Isenção total da aplicação da modulação (taxa de redução das ajudas atribuídas a cada agricultor) aos beneficiários que recebem menos de 5000 euros/ano (82% do total) e aplicação de taxas progressivas, por escalões, até 10%, aos que auferem montantes superiores, para transferência para o desenvolvimento rural;

Rejeição da proposta da Comissão visando fixar um limite mínimo de 250 euros ou 1ha para o recebimento das ajudas pelos agricultores;

Criação da possibilidade dos Estados-membros reterem até 10% dos seus envelopes nacionais para utilização em programas de apoio específico a sectores e ou regiões em dificuldade e de reterem até mais 5% dos seus envelopes nacionais para financiarem sistemas de seguros e de fundos mútuos contra riscos e crises;

Aumento da comparticipação comunitária para as despesas elegíveis no sistema de riscos e crises para os novos Estados-membros em mais 30% do que para os antigos Estados-membros, ou seja fixar uma comparticipação comunitária de 70%;

Concessão aos Estados-membros da possibilidade de manter o apoio “ligado” à produção até 2013 para vários sectores como, entre outras, o sector ovino e caprino e as forragens secas e as proteaginosas;

Manutenção do mecanismo de intervenção para os cereais, com redução do calendário para os últimos três meses de cada campanha;

Manutenção do mecanismo de intervenção em zero quantidades para a carne de porco;

Manutenção do apoio ao escoamento dos produtos lácteos exclusivamente para as organizações sem fins lucrativos;

Fim das restituições à exportação de cereais;

Aumento das quotas leiteiras em apenas 1% nas duas próximas campanhas e antecipação para 2010 das decisões definitivas sobre o futuro do sector, tendo em conta a avaliação da situação do mercado nas campanhas anteriores;

Utilização dos montantes transferidos do 1º Pilar da PAC para o 2º Pilar (desenvolvimento rural), através da nova modulação, sem recurso a co-financiamento nacional;

Inclusão da “utilização de energia solar, eólica e geotérmica”, da “gestão de resíduos e reutilização de materiais” e “gestão dos riscos de inundações” nas medidas a favorecer no âmbito dos “novos desafios”, a inserir nos programas de desenvolvimento rural;

Inclusão da “inovação e transferência de conhecimento” como acções elegíveis para financiamento no quadro dos “novos desafios”, a inserir nos programas de desenvolvimento rural;

Elevação de 55 mil euros para 75 mil euros do montante a atribuir para a primeira instalação de jovens agricultores.

PS É A ÚNICA ALTERNATIVA AO PCP EM SETÚBAL

AS PRÓXIMAS eleições autárquicas no distrito de Setúbal vão ser discutidas entre socialistas e comunistas, reiterou o presidente da Federação local do PS, Vítor Ramalho, alertando que os “votos no Bloco de Esquerda (BE) são votos perdidos”.

“O BE obteve em Sesimbra a maior votação do distrito nas últimas autárquicas, mas não conseguiu eleger nenhum vereador”, disse, lembrando ainda que os partidos da direita, PSD e CDS/PP, “também nunca conseguiram ganhar nenhuma autarquia no distrito”.

O líder do PS/Setúbal, que falava num encontro com militantes na sede da Federação, apelou também a uma grande afluência às urnas nas próximas eleições autárquicas, já que, frisou, o PCP só consegue vencer a maioria das autarquias da região porque muitos eleitores nem sequer comparecem nas mesas de voto.

“O PCP gere as câmaras com cerca de 20% dos potenciais eleitores. Sempre que há afluência às urnas nós ganhamos. No futuro somos nós ou o partido comunista. Essa é a opção que se coloca”, acrescentou.

Por outro lado, o camarada Vítor Ramalho também não poupou críticas à gestão comunista de algumas

das principais câmaras do distrito, designadamente à Câmara do Seixal, por ter promovido o crescimento urbano do concelho, que já tem “mais habitantes do que Almada”.

No que respeita à Câmara Municipal de Setúbal, acusou a actual presidência da CDU de ter duplicado a dívida herdada do anterior Executivo socialista de Mata Cáceres, sem que tivesse feito qualquer obra de relevo durante os dois mandatos que está prestes a concluir.

Vítor Ramalho disse ainda que o PS tem “um projecto global” para o distrito, do ponto de vista do enquadramento político, económico e social, chamando a atenção para a importância da relação euroatlântica, que, disse, “passa por um maior relacionamento dos empresários portugueses com os homólogos da Extremadura espanhola, de África e do Brasil”.

Simultaneamente, acrescentou, “é preciso apostar na articulação de todos os investimentos aeroporto, terceira ponte sobre o Tejo, Plataforma Logística do Poceirão, nova fábrica de papel da Portucel, Plataforma de Sines, ligação Beja/Sines por auto-estrada e empreendimento turístico de Tróia”, salientando que muitos destes projectos são da responsabilidade do actual Governo.

INAUGURADA NOVA SEDE DO PS EM TORRÃO

A NOVA sede da Secção do Torrão do Partido Socialista foi inaugurada no passado dia 10 de Outubro, numa cerimónia que contou com a participação de Vieira da Silva, secretário nacional do partido, e Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal, além de outros dirigentes federativos e autarcas socialistas.

Numa intervenção em que não escondeu as dificuldades que o país enfrenta presentemente, o camarada Vieira da Silva sustentou ser “fundamental que a opinião pública reforce a ideia de que o PS e o Governo por ele apoiado são os factores de estabilidade face à actual crise financeira internacional”.

Por sua vez, Vítor Ramalho defendeu que “a renovação da vitória autárquica do partido em

Alcácer do Sal depende muito da acção dos militantes”, vincando igualmente que a inauguração da Sede do PS em Torrão é “um bom prenúncio” de vitalidade e dinamismo socialista.

Refira-se que no mesmo dia da cerimónia de inauguração da nova sede comemoraram-se também os 33 anos da Secção do PS em Torrão, momento em que foram recordados tempos passados com militantes e simpatizantes, nomeadamente o episódio da criação desta estrutura local e da vitória socialista, em 1993, na Junta de Freguesia do Torrão, sem dúvida uma alavanca histórica para a conquista eleitoral do PS, anos mais tarde, da Câmara e da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal. M.R.

4 PERGUNTAS A RUI PEREIRA, PRESIDENTE DA CONCELHIA DO PS DE SINTRA

“Câmara de Sintra tem uma gestão casuística e sem rumo”

OS QUATRO vereadores do PS na Câmara de Sintra deixaram de puder exercer “com dignidade, de forma responsável e sem coacção” a gestão dos serviços municipais que lhes tinham sido delegados, razões que os levaram a renunciar aos pelouros que estavam sob a sua responsabilidade. Nesta curta entrevista ao “Acção Socialista”, o líder da Concelhia do PS/Sintra, Rui Pereira, acusa Fernando Seara de ter “uma gestão casuística, sem rumo nem liderança”.

Porque é que os socialistas renunciaram a manter os pelouros na vereação da Câmara Municipal de Sintra?

Os quatro vereadores do PS renunciaram aos pelouros que estavam sob a sua responsabilidade, porque consideraram que a coligação Seara, PSD, PP e PCP deixou de respeitar e garantir as condições mínimas indispensáveis para que o Partido Socialista exercesse com dignidade, de forma responsável, sem coacção e em plena liberdade de acção e decisão, a gestão dos serviços municipais que lhes tinham sido delegados

A discussão sobre a tarifa dos SMAS sobre a quota de disponibilidade da água foi a gota que fez transbordar o copo?

Não. Mas é verdade que a aplicação dessa tarifa constitui um motivo de preocupação para a vereação socialista, na medida em que existem enormes dúvidas sobre a legalidade da aplicação dessa tarifa, que onera as facturas dos consumidores.

Os socialistas alertaram para esse

facto e pediram esclarecimentos aos SMAS sobre a matéria, para posteriormente tomarem uma posição sobre o assunto.

Esta atitude de permanente defesa e garantia dos interesses dos munícipes, foi umas das razões que levou o PS a assumir pelouros. Pelos vistos colide com a interpretação que o presidente da Câmara de Sintra faz sobre o papel dos vereadores na Câmara Municipal.

Estão portanto ultrapassados os pressupostos políticos que levaram o PS a aceitar os pelouros na autarquia de Sintra? Porquê?

O PS aceitou que os seus vereadores assumissem pelouros na Câmara Municipal, num quadro de respeito pelos muitos milhares de cidadãos que nas últimas eleições autárquicas, em Sintra, votaram no Partido Socialista. Teria sido, porventura, mais cómodo não aceitar essas responsabilidades. Essa não é, no entanto, a postura do Partido Socialista.

O concelho de Sintra tem enormes problemas estruturais, tendo-se assistido a uma forte degradação das condições socioeconómicas do concelho. Para enfrentar estes desafios é preciso mobilizar recursos e encontrar soluções que exigem um amplo consenso político. A Câmara Municipal tem-se revelado incapaz de liderar e protagonizar essa resposta. Num gesto de grande responsabilidade e de enorme humildade democrática o PS decidiu viabilizar uma solução de governo municipal de emergência para que



os sintrens voltassem a ter esperança no futuro do seu concelho.

Qual a análise que faz da gestão camarária de Fernando Seara em Sintra?

A gestão da grande coligação Fernando Seara, PSD, PP, PCP é claramente marcada pela ausência de um quadro de políticas públicas que assuma uma visão estratégica de desenvolvimento integrado para o concelho de Sintra.

Porque se é verdade que houve aspectos positivos, no trabalho da Câmara também é verdade que algumas dessas medidas foram conseguidas na sequência da adesão do município a programas governamentais.

Esta gestão, casuística, sem rumo nem liderança, foi também marcada nos últimos sete anos por uma grande conflitualidade no seio da própria coligação “Mais Sintra”. No que diz respeito à tomada de decisões que permitissem afirmar Sintra, no contexto metropolitano e nacional, a prática foi a de adiar e não decidir. Esta atitude tornou Sintra num concelho em clara perda de competitividade, sem capacidade para atrair investimento e sem autoridade.

Plenamente consciente desta situação, o presidente da Câmara tenta agora apropriar-se das obras realizadas em Sintra pelo Governo do PS, como são o caso do Polis no Cacém, do alargamento do IC 19 (quase concluído), do andamento a bom ritmo das obras do IC 16/IC 30 e das novas estações do Cacém e de Massamá, entre muitas outras.



Exposição de pintura de Vítor Ramalho

MAIS de 200 pessoas estiveram presentes na inauguração da exposição de pintura do ex-deputado socialista e actual presidente do Inatel, Vítor Ramalho, que decorreu no passado dia 11, na sede da Associação de Empresários da Região de Setúbal,

Na sessão inaugural houve lugar a guitarradas e à leitura de poesia, além de uma entrevista a Vítor Ramalho conduzida por Raul Tavares, do jornal “Sem Mais”.



Esta mostra surgiu por iniciativa de um grupo de amigos do presidente da Federação de Setúbal que conhecem esta sua veia artística. Patente ao público até ao dia 18 de Outubro, o numeroso público que tem visitado a exposição não tem poupado elogios à qualidade da pintura deste nosso camarada. “Vítor Ramalho é um artista plástico de primeira água”, escreve José António Chocolate no folheto da exposição.

Campanha eleitoral nos Açores mostra um PS forte e ganhador

As eleições legislativas regionais dos Açores, marcadas para o próximo dia 19 de Outubro, assinalam o arranque de um ciclo eleitoral em Portugal, cujo resultado, na opinião de José Sócrates, será um sinal da região para o todo nacional.

O SECRETÁRIO-GERAL do PS foi já por duas vezes aos Açores participar, ao lado de Carlos César, na campanha eleitoral, deixando em ambas as ocasiões um apelo para que todos se empenhem nesta batalha de modo a honrarem, como disse, não só a democracia, mas o próprio povo açoriano “dando assim à política um estatuto de maior elevação”.

Perante uma casa cheia, num comício na ilha Terceira, na freguesia da Praia da Vitória, o secretário-geral do PS, José Sócrates, elogiou a personalidade política de Carlos César e o papel que tem vindo a desempenhar como líder do Governo Regional, elogios que viria a repetir mais tarde, já em Ponta Delgada, perante milhares de apoiantes, afirmando que o chefe do Governo regional dos Açores e líder socialista da região, contribuiu “possivelmente como nenhum outro” para a afirmação, dignidade e elevação do valor da autonomia, mencionando ainda ter o maior orgulho em fazer campanha ao lado do líder do governo regional, que é, “um dos melhores políticos portugueses da actualidade”.

Voltando-se para o exterior, Sócrates criticou as vozes que nesta campanha eleitoral andam a queixar-se da falta de democracia no arquipélago, queixumes que só podem ter origem em pessoas que não só “não conhecem os Açores”, mas mais grave ainda “mal conhecem a personalidade e o carácter dos açorianos”.

Essas pessoas que se queixam da qualidade da democracia praticada nos Açores, disse o secretário-geral do PS, “apenas o fazem porque estão na oposição”, acentuando que na região sempre se “respeitaram

os adversários políticos e sempre se fez política com elevação e com categoria”.

Neste arquipélago, disse, respeitam-se as instituições da região e da República, “pratica-se uma autonomia responsável que é um exemplo para o país”, lembrando que nos Açores “a democracia exerce-se no respeito pela Assembleia Legislativa Regional”.

É por isso que, recordou, “aqui, nesta região, quando um Presidente da República a visita, não deixa de se deslocar à Assembleia Regional”, ao contrário, lembre-se, do que sucede noutras paragens.

Ferreira Leite é madrastra da autonomia açoriana

Já Carlos César acusou de forma directa a líder nacional do PSD, Manuela Ferreira Leite, de ser a “mãe do défice português” e de ser igualmente a responsável por o país ter estado de rastos quando desempenhou as funções de titular da pasta das Finanças no Governo de direita liderado pelo antigo primeiro-ministro Durão Barroso.

Por isso disse não compreender a lógica da anunciada deslocação de Manuela Ferreira Leite à região “numa altura”, recordou, “em que ela ameaça levar para o Tribunal Constitucional o estatuto da autonomia dos Açores”, posicionando-se também neste particular, “como a madrastra da nossa autonomia”.

Depois de referir que o PSD/Açores assiste a tudo isto sem um único pestanejar, sem assumir uma única opinião ou tomar uma posição, preferindo antes desconversar ou passar



“disfarçado, mostrando assim que é um partido fraco”, Carlos César disse que perante este quadro que “nos é oferecido pela liderança regional do PSD”, não restar ao povo açoriano mais nenhum cenário do que concluir que com este PSD “não pode contar para a defesa da autonomia”.

Neste sentido, apelou aos eleitores do arquipélago para que não deixem de votar nas eleições regionais do próximo dia 19 de Outubro, de forma a conferirem a esta iniciativa “a importância que ela representa para a autonomia regional”.

Para o presidente do PS/Açores, “há muitas e boas razões para que os eleitores continuem a votar maioritariamente no Partido Socialista”, lembrando que “uma das prioridades do seu futuro governo será resolver os problemas de habitação degradada em diversas ilhas, designadamente no Corvo, algo que, garantiu, “queremos que seja feito no espaço de uma legislatura”.

Para além dos problemas ligados à habitação, Carlos César garante ainda que o seu futuro Executivo vai continuar com o programa de deslocação de médicos especialistas, aumentar a comparticipação aos doentes que se desloquem das ilhas mais afastadas, como é o caso dos ha-

bitantes da ilha do Corvo, e instalar um sistema de videoconferência de modo a permitir o acompanhamento de consultas à distância.

O presidente do Governo Regional garantiu ainda que pretende ligar o Corvo ao anel de fibra óptica dos Açores, um investimento de “modernidade”, como lhe chamou, de muitos milhões de euros mas com evidentes benefícios “para as comunicações entre as várias ilhas”.

Depois de garantir que a campanha eleitoral nos Açores está a demonstrar o que há muito já se sabia, de que o Partido Socialista é o partido mais forte e ganhador, César não deixou de sublinhar, por isso, o orgulho que sente pela obra do Governo Regional dos Açores em matéria de apoio aos idosos evocando a promessa feita em finais do passado mês de Agosto de que o executivo açoriano iria construir em todas as freguesias do arquipélago, progressivamente, centros de noite para os mais idosos.

Voto no PS é garantia de segurança

Na opinião do líder do Governo açoriano, o voto no Partido Socialista nas eleições do dia 19 de Outubro

representa, para além de outros factores positivos para a região, “um voto na segurança da economia”, fundamental ainda mais “numa altura de crise mundial como aquela porque estamos a passar”.

Com os ventos da tempestade da crise financeira internacional a soprarem sobre as diversas economias a nível global, os Açores e o Governo do PS, disse, “saberão tomar as medidas que salvaguardem a segurança e a confiança na economia do arquipélago”.

Mas votar no PS, reforçou César, não representa só apostar na consolidação e na modernização do arquipélago, representa também, defendeu, que a Segurança Social será melhor salvaguardada e que os Açores vão continuar, “sem qualquer dúvida” a crescer em termos económicos.

A este propósito recordou que nos últimos dez anos nos governos de gestão socialista, o número de empresas na região aumentou cerca de 50% tendo-se criado neste período mais de 23 mil novos postos de trabalho.

Este facto, entre outros, levou o líder regional socialista a louvar a gestão dos governos do PS na região autónoma dos Açores, declarando que o Executivo açoriano “tem reservas e meios para acautelar o futuro”, o que “não é obra do acaso”, mas sim, como referiu, consequência das políticas certas e adequadas desenvolvidas pelos governos do PS, nomeadamente, como acentuou, pela criação de uma “margem de disponibilidade e segurança nas finanças públicas regionais”.

Recorde-se que os cerca de 191 mil açorianos vão eleger no próximo dia 19 de Outubro 57 deputados para o parlamento regional, mais cinco do que nas regionais de 2004, devido à criação de um círculo de compensação regional, previsto na nova Lei Eleitoral do arquipélago. R.S.A.

Arons de Carvalho preside à Comissão Parlamentar de Trabalho

O DEPUTADO socialista Alberto Arons de Carvalho foi eleito presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública.

No acto eleitoral, que decorreu no passado dia 3 de Outubro, na Assembleia da República, o deputado socialista reuniu 89 votos de um total de 101 sufragados.

Refira-se que Alberto Arons de Carvalho é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, sendo actualmente docente universitário de deontologia da informação no curso de Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa. No âmbito da sua actividade profissional, destaca-se o facto de ter sido coordenador do suplemento “Encontro”, do jornal “República”, onde também foi jornalista, e assessor da Associação Portuguesa de Radiodifusão.



Quanto à sua actividade partidária, o camarada Arons de Carvalho é um dos fundadores do Partido Socialista e foi o primeiro secretário-geral da Juventude Socialista. Foi membro do Secretariado Nacional do PS, tendo sido secretário-coordenador da JS entre 1974 e 1978. No âmbito da sua actividade política, foi deputado à Assembleia Constituinte e é, desde 1976, deputado na Assembleia da República.

Ainda jovem, integrou o Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAESL), em 1968, e participou nas comissões de juventude da CEUD, um ano depois.

Alberto Arons de Carvalho foi também membro da Comissão Coordenadora da Secção “Organização do Estado e Direitos do Homem” no congresso da Oposição De-

mocrática (Aveiro), em 1973, candidato da Oposição Democrática pelo círculo de Lisboa às eleições legislativas desse mesmo ano.

Na Assembleia da República integrou a Comissão Parlamentar Eventual para os assuntos de Timor-Leste, tendo sido membro da comissão de elaboração da actual Lei de Imprensa. Nos XIII e XIV Governos Constitucionais, liderados por António Guterres, foi secretário de Estado para a Comunicação Social.

No exercício do seu actual mandato de deputado à Assembleia da República, Alberto Arons de Carvalho começou por integrar as comissões parlamentares de Ética, Sociedade e Cultura e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo renunciado a esta última uma vez que passou a presidir agora à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública. M.R.

5 PERGUNTAS AO DEPUTADO
NELSON BALTAZAR

“Deverá ser dada uma particular atenção à formação dos condutores e dos peões”

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Os números da sinistralidade rodoviária em Portugal evidenciam uma tendência de melhoria nas últimas duas décadas que importa manter. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o deputado Nelson Baltazar sustenta que a concretização desse objectivo passa pela definição de uma estratégia nacional de prevenção da sinistralidade e de promoção de um ambiente de segurança rodoviária que alie uma melhor preparação dos jovens para a condução à introdução curricular das regras da estrada e de segurança nos sistemas de ensino.

MARY RODRIGUES

Há muito que se batalha por uma melhoria efectiva dos chamados “números negros” da sinistralidade rodoviária em Portugal. Qual é a evolução registada no nosso país em matéria de segurança rodoviária e quais os custos actuais da sinistralidade nas estradas portuguesas?

Tomando como base 1986, o ano em que Portugal entrou para a Europa, tivemos 2000 vítimas mortais (5,47 por dia), havendo nesse ano 1,6 milhões de viaturas (MV) a circular. Dez anos depois, o número mantinha-se: 2000 vítimas mortais (5,47 por dia), embora o número de viaturas em circulação fosse o dobro (3,2 MV). Ora, o que verificámos é que após os novos limites de alcoolémia no sangue, a aprovação das inspecções periódicas obrigatórias, a obrigatoriedade do uso permanente do cinto de segurança, a redução da velocidade para 50 quilómetros dentro das localidades, a obrigatoriedade do uso de sistemas de retenção para crianças, o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária e um controlo mais apertado para os excessos de velocidade, consumo de álcool e psicotrópicos, chegámos a 2006 com 850 vítimas mortais (2,33 por dia) havendo 5,6 MV a circular. Ou seja, em dez anos aumentou em 75% o número de viaturas a circular e reduzimos em 42% o número de vítimas mortais. Passámos de último país de 25 comparados, para 13º dos mesmos. A evolução foi significativa, o trabalho árduo de muitos na prevenção, na formação, na regulação e na fiscalização foi enorme. Precisamos de continuar a manter essa pressão.

Falar de custos na sinistralidade exige ressaltar os custos emocionais dos que perdem amigos e familiares mas, também, daqueles que vêm a sua vida alterada e a sua felicidade comprometida, arrastando muitas vezes as famílias para estas dificuldades emocionais. Estes custos não são mensuráveis, mas afectam significativamente as pessoas e as sociedades que os vivem. No entanto, e de acordo com alguns critérios adoptados na Europa, da saúde que se esvai, da produtividade que se perde e da esperança de vida reduzida para tantos jovens, podemos afirmar que a sinistralidade rodoviária custa a Portugal cerca de 3 mil milhões de euros por ano.

Quais são os desafios inscritos na agenda da segurança rodoviária a nível nacional e europeu?

O maior desafio é estabelecer uma nova estratégia nacional para a segurança rodoviária para o período 2008-2015. Estão claros os principais grupos de risco onde deveremos actuar: condutores de duas rodas; condutores de ligeiros; circulação urbana dentro das localidades, para veículos e para peões; álcool e psicotrópicos. Estão também muito claros os factores de risco que devem reter a maior parte da nossa atenção: velocidade, dispositivos de segurança, socorro às vítimas, infra-estruturas e veículos. Entendemos ainda que deverá ser dada uma particular atenção à formação dos condutores e dos peões, bem como à exigência de auditores especializados e independentes para o ambiente rodoviário.

A Europa traçou há pouco tempo quatro grandes vectores que entendeu colocar na carta europeia



de segurança rodoviária para os próximos oito anos: excesso de velocidade, condução sob o efeito de álcool e drogas, uso do cinto de segurança e obediência à sinalização semafórica. Esta decisão, que se quer actuante e efectiva num plano transfronteiriço, teve em conta que 75% dos acidentes rodoviários europeus tem causas que se entroncam naqueles factores de risco.

Que dificuldades de peso enfrenta uma desejável política comum para esta área?

Há duas grandes preocupações nos políticos europeus. Uma primeira no incremento de políticas de segurança rodoviária e da importância que estas sejam harmonizadas, enquanto princípios e conceitos. A segunda é a prossecução do objectivo estabelecido pela Comissão Europeia em 2001, de reduzir para 50% número de acidentes mortais e consequente redução de feridos graves e de sinistros, em dez anos.

As dificuldades que enfrentamos têm sobretudo a ver com o percurso que cada um dos estados tem conseguido fazer nesta questão. Existe claramente uma diferença Norte/Sul, entre os países nórdicos e os países latinos. Existe certamente uma diferença Ocidente/Oriente, entre os países que há mais tempo interiorizaram o conceito Europa União de Estados e os que agora

procuram acompanhar este requisito. É claro para nós que, em matéria de segurança rodoviária, existe vontade de harmonizar, agora só falta mesmo conseguir o diálogo necessário para esse desiderato.

Destas duas questões ressalta a importância que podem ter conferências como aquela que a Assembleia da República realizou nos passados dias 28, 29 e 30 de Setembro. O Partido Socialista teve um papel central e impulsor, nesta organização através do empenho dos seus deputados, mas importa afirmar que todos os parlamentares portugueses de todos os partidos intervenientes, desenvolveram um trabalho a todos os títulos meritório.

Existem, no seu entender, condições favoráveis à realização da meta traçada pela Comissão Europeia de reduzir em 50% as consequências da sinistralidade entre até 2010?

Sim, existem. Há países que terão mais dificuldades em cumprir essa meta. No entanto, Portugal já a cumpriu em 2007, está a consolidar essa meta em 2008 e neste momento tem uma ambição maior para o período 2008-2015. A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, proposta pelo Governo do PS, ambiciona colocar Portugal no grupo dos dez primeiros países quanto

às consequências da sinistralidade rodoviária. Há muito que labutar para conseguir melhorar os dez objectivos estratégicos de que falei e os 28 princípios operacionais que serão implementados. Esta vontade política, bem como o excelente trabalho que os governos civis têm vindo a desenvolver, produzirão um ambiente rodoviário mais seguro.

Quais são, do seu ponto de vista, os princípios e elementos-chave de uma estratégia europeia de promoção da segurança rodoviária?

Há três elementos-chave, como lhe chama, que estruturam a estratégia europeia e que passo a enumerar:

A condução dos mais jovens: melhor preparação na formação das suas capacidades de condução, necessidade de prever e antecipar riscos, evitando: condução perigosa e/ou desportiva, excesso de velocidade, condução sob o efeito do álcool.

Harmonização em todos os países do espaço europeu dos sinais de trânsito, limites de velocidade, taxas de alcoolémia e sistemas de ensino de condução e respectivo cumprimento transfronteiriço.

Introdução curricular das regras da estrada e de segurança rodoviária nos sistemas de ensino, ao nível do básico e secundário.

Ambição e acção sempre foram marcas deste Governo

98.º ANIVERSÁRIO DO 5 DE OUTUBRO

A IDEIA de que as dificuldades se resolvem com ambição e acção tem sido central na linha de actuação e no discurso do Governo socialista e, por isso, o apelo do Presidente da República foi bem acolhido pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que garante haver uma “consonância perfeita” ao nível institucional.

“Gostei muito do discurso do senhor Presidente da República, em particular do apelo que fez à mobilização dos portugueses para terem energia e ambição no sentido de que sejam enfrentadas as dificuldades, não apenas portuguesas, mas de todos os países europeus e dos Estados Unidos”, disse José Sócrates, que falava à Imprensa após a cerimónia comemorativa do 98.º aniversário da Revolução Republicana do 5 de Outubro, na Câmara Municipal de Lisboa.

Segundo Sócrates, o apelo presidencial é um chamamento ao “combate à descrença e ao pessimismo”, como, aliás, ele próprio tem subscrito sempre.

“Há três anos atrás, Portugal tinha uma gravíssima situação financeira, mas agora já não temos esse problema. O país tem as contas públicas em ordem e isso é um património que devemos sublinhar e que devemos manter”, lembrou o governante, destacando ainda a “importância do apelo à confiança dos portugueses” por parte do Presidente da República.



“Esse é um apelo muito importante, porque nenhum político pode desistir da confiança” reforçou.

Quanto à questão do combate à pobreza, o primeiro-ministro recordou que houve “desenvolvimentos muito significativos” a partir de 2005.

“Nestes últimos três anos, saíram da pobreza mais de 130 mil idosos”, apontou, para de seguida reivindicar que “o Governo não só fez, como está a fazer, tudo para tirar mais pessoas da situação de pobreza”.

E deu, a título de exemplos, medidas como o aumento dos abonos de

família, o complemento solidário para idosos e o complemento prénatal.

“O que tenho no meu espírito e o que comanda a acção do Governo é que, neste momento de dificuldade, é preciso ajudar a nossa economia, as nossas empresas e, por outro lado, ajudar as famílias com maiores dificuldades”, rematou.

Lisboa precisa de reforma administrativa urgente

Por sua vez, na intervenção de abertura da cerimónia oficial

comemorativa do 5 de Outubro de 1910, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, camarada António Costa, alertou para a urgente necessidade de se proceder a uma reforma administrativa da cidade.

Segundo Costa, há valores que devem inspirar o próximo centenário da implantação da República em Portugal, como “o debate e a escolha das melhores soluções para uma reforma administrativa da cidade de Lisboa, que resolva o paradoxo do município estar privado pelo Estado de competências essenciais

ao exercício das suas atribuições”.

Ao mesmo tempo que isso acontece – referiu – a autarquia “acumula competências que melhor seriam exercidas por freguesias à escala do bairro”.

“Quem tem por atribuição a gestão do trânsito, tem de ter a competência do seu policiamento e da definição da rede de transportes públicos”, defendeu.

Por outro lado, sustentou que a limpeza e a manutenção do espaço público, o apoio às colectividades e muitos domínios da acção social, a gestão dos mercados, a fiscalização de obras particulares são competências que seriam exercidas com muito maior eficiência se fossem atribuídas a “freguesias que agissem à escala de bairro”.

Neste contexto, o autarca advertiu que a reforma administrativa “não deve ser adiada por se avizinharem actos eleitorais”.

“Pelo contrário, é um tema que, pela sua importância, deve merecer reflexão e debate atempado e aprofundado, de modo a que os agentes políticos formulem com clareza as suas posições e os eleitores possam escolher com pleno conhecimento das alternativas em confronto”, acrescentou.

Nesse sentido anunciou que a Câmara encomendou ao Instituto Superior de Economia e Gestão um estudo sobre o governo da cidade “que possa servir de base à reflexão, ao debate participado e à decisão política”.

Sócrates e Costa enaltecem benefícios do Centro Champalimaud para Lisboa

OS MÚLTIPLOS benefícios para a cidade de Lisboa da construção do centro de investigação da Fundação Champalimaud à beira do Tejo, junto à doca de Pedrouços, foram realçados pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e o presidente da Câmara, António Costa, na cerimónia de lançamento da primeira pedra do centro, que aliará actividades de pesquisa e prestação de cuidados de saúde, pretendendo ainda atrair investigadores nacionais e estrangeiros nas áreas das neurociências e oncologia.

O primeiro-ministro considerou que o centro vai dar um contributo para “transformar Lisboa e Portugal numa cidade e num país mais cosmopolita e mais abertos às tendências internacionais” e “encherá de orgulho os portugueses”.

Em dia de comemorações da implantação da República, José Sócrates disse que estar presente no início da construção de um centro de investigação era a “melhor forma” de celebrar o espírito republicano. “Estamos a homenagear o ideal da instrução e do amor à ciência. Estamos a homenagear o espírito republicano também



porque este centro tem uma componente universalista e cosmopolita”.

Por sua vez, António Costa disse que o centro de investigação Champalimaud é um “bom exemplo” do que deve ser a zona ribeirinha de Lisboa, com obras de

grandes arquitectos e espaços públicos, que garantam aos cidadãos uma diversidade de actividades. “Vamos passar a ter um grande centro de investigação e um grande edifício”, sublinhou.

Quanto à suspensão do Plano Director

Municipal (PDM), aprovado pela Câmara de Lisboa, o presidente da edilidade disse que “a sensibilidade do arquitecto Charles Correa transformou uma preocupação numa ambição de todos nós, que é ver este projecto realizado. Este projecto vai dar à cidade um acesso à frente ribeirinha que não era possível”. Mas, acrescentou, “antecipo que iremos ser todos muito criticados. Os velhos do Restelo não se vão embora. O que é preciso é continuar a haver a ambição dos Gamas”.

De salientar que de acordo com o projecto do centro, metade da área vai ser de espaço livre para os cidadãos, onde vão ser construídos jardins.

O projecto contempla dois edifícios. No principal, estarão as áreas de diagnóstico e tratamento, os laboratórios de investigação básica e os serviços administrativos.

O outro edifício inclui um auditório, uma área de exposições e outra de restauração, e os escritórios da Fundação, presidida por Leonor Beleza.

Será ainda construído um anfiteatro ao ar livre com vista para o rio, que será usado para programas musicais e palestras.

Governo agrava coimas e sanções penais

CRIMES FISCAIS

O GOVERNO aprovou um pacote de medidas destinadas a reforçar os poderes de supervisão do sistema financeiro, entre elas uma proposta de lei a submeter à Assembleia da República que prevê o agravamento do montante das coimas em caso de infracções e crimes de mercado.

No âmbito desta proposta de lei, aprovada no Conselho de Ministros de 2 de Outubro, a moldura das penas é elevada dos actuais três para cinco anos, enquanto o limite de coimas aplicadas passará para cinco milhões de euros. Além disso, prevê-se o agravamento da coima máxima aplicável, quando o dobro do benefício económico obtido com o crime ultrapassar este limite.

“Uma das lições que podemos tirar da actual situação do sistema financeiro é que o modelo de regulação que opta pela desregulação em excesso pode causar problemas como a crise da ‘subprime’”, afirmou o ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, em conferência de Imprensa no final da reunião do Conselho de Ministros.

“Pretende-se, assim, punir de forma agravada os casos em que a violação do dever deu origem a uma vantagem financeira de valor particularmente elevado”, acrescentou.

A proposta prevê ainda o agravamento da natureza das contra-ordenações associadas à violação de deveres de informação e de constituição ou contribuição para fundos de garantia obrigatórios, que passam de graves a muito graves, bem como introdução da figura do processo sumaríssimo no sector bancário e no sector segurador, para tornar a intervenção dos supervisores mais rápida e eficaz.

Além disso, a nova lei prevê a extensão do regime da publicidade das decisões condenatórias em processo contra-ordenacional, à área bancária e dos seguros.

Por outro lado, o diploma agora aprovado introduz a obrigatoriedade de submeter à aprovação da Assembleia Geral das empresas uma declaração sobre a remuneração dos administradores, e da divulgação, nos documentos de prestação de contas, da política de remuneração desses membros e do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada ou individual.

Mais transparência e informação

O Governo aprovou ainda um decreto-lei que reforça os deveres de informação e transparência no âmbito da actividade financeira, bem como os poderes de supervisão das autoridades de regulação.

Assim, as instituições finan-



ceiras passarão a estar obrigadas a prestar regularmente às autoridades de supervisão informações sobre o nível de exposição e controlo de riscos, avaliação de activos, nomeadamente os que se-

jam transaccionados em mercados pouco líquidos e transparentes.

Estas entidades terão ainda de informar os supervisores sobre participações e interesses detidos ou geridos por instituições finan-

ceiras e sociedades abertas em sociedades com sede em Estado que não seja membro da União Europeia, uma definição que abrange as sociedades “off-shore” sedeadas em paraísos fiscais.

Conselho de Ministros aprova garantia de financiamento à banca

CONSIDERANDO a importância da estabilidade do sistema financeiro nacional, “factor essencial para assegurar a regularidade do financiamento às famílias e às empresas, em particular as PME”, o Conselho de Ministros extraordinário de 12 de Outubro aprovou uma garantia de 20 mil milhões de euros destinada a assegurar o cumprimento das obrigações das instituições de crédito no âmbito das suas operações de financiamento ou refinanciamento.

Esta medida vai incidir sobre as garantias a conceder até 31 de Dezembro de 2009, mantendo-se apenas enquanto as condições de mercado o justificarem, “visa salvaguardar os interesses fundamentais dos depositantes, dos contribuintes, da regularidade do financiamento da economia e da concorrência”.

O Ministério das Finanças e da Administração Pública, em articulação com o Banco de Portugal, “assegurar os mecanismos ne-

cessários para que a decisão de atribuição de garantias seja tomada com a celeridade que a situação requer, cabendo a estas entidades o seu permanente acompanhamento, nos termos da lei”.

Teixeira dos Santos, que falava no intervalo da reunião do Conselho de Ministros, explicou que “as instituições terão a possibilidade de recorrer a esta garantia para se apresentarem no mercado em condições de risco que são equivalentes à do próprio risco soberano do Estado português”.

Esta iniciativa está inserida no âmbito das medidas similares que os Estados-membros da União Europeia têm vindo a adoptar e no plano aprovado na reunião do Conselho ECOFIN de 7 de Outubro, referiu Teixeira dos Santos, sublinhando, no entanto, que “os países não têm todos de tomar as mesmas medidas porque as situações são diversas e cada país tem a solução ajustada à sua realidade”. J.C.C.B.



Federações do PS escolhem novas direcções

No cumprimento dos estatutos do PS e das deliberações da Comissão Nacional, no próximo mês de Novembro desenvolver-se-á todo o processo conducente às eleições internas para as federações socialistas. Nesse sentido, o “AS” faz nesta edição um balanço da candidatura nos termos das respectivas moções e dá a conhecer os nomes que integram as COC das 19 federações. Bons congressos camaradas.

FEDERAÇÃO DO ALGARVE



“Algarve, a nossa razão de sempre”

PRESIDENTE da Federação do PS/Algarve desde 2003, Miguel Freitas candidata-se ao terceiro mandato com a moção “Algarve, a nossa razão de sempre”, defendendo um partido de projecto, de compromisso e de acção.

Miguel Freitas refere que o PS tem um projecto para um “Algarve de Qualidade” e tem vindo a cumprir os compromissos com a região.

Segundo Miguel Freitas, “o Hospital Central será uma realidade e o Algarve terá um curso de medicina, a barragem de Odolouca avança, bem como o Polis da Ria Formosa, a EN 125 sofrerá uma requalificação em toda a linha, sem introdução de portagens na Via do Infante, as sedes do IPIMAR e da Direcção Regional das Florestas instalaram-

se na região”.

No plano interno, sublinha, foi dada uma dinâmica ao partido, com a criação da Universidade Meridional, iniciativa em colaboração com a JS, e do Fórum Autárquico Regional. O PS abriu-se à sociedade, com o Conselho Consultivo e, principalmente, com as acções sobre o “Estado da Região”.

Neste novo período, considera que é preciso “dar uma verdadeira igualdade de oportunidades às mulheres e rejuvenescer o partido, não por uma questão de quotas, mas de qualidade de intervenção na sociedade”. E acrescenta que esta “é a mudança que se quer para o futuro”.

Membro da Comissão Nacional do PS, Miguel Freitas é licenciado em Engenharia Agrónoma, sendo, desde 1991, docente da

Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade do Algarve. Fez mestrado, em França, na área da Economia Agro-Alimentar, na Escola Superior de Agronomia de Montpellier e tem, ainda, mais duas pós-graduações.

Em 2005 foi eleito deputado pelo círculo eleitoral de Faro, mandato que tem suspenso desde 2007, por ter assumido funções de coordenador de Agricultura e Pescas na Representação Portuguesa Junto da União Europeia.

O Congresso vai decorrer no dia 8 de Novembro, no auditório municipal de Lagoa.

A COC é composta pelos camaradas Isilda Gomes, Abílio Sousa, Álvaro Araújo, Esmeralda Ramires, Joaquim Teixeira, Marlene Guerreiro, Maria José Mestre, Ricardo Luz e Sónia Melo.

FEDERAÇÃO DA ÁREA URBANA DE LISBOA - FAUL



“Ganhar os desafios do futuro”

UMA única lista surge para sufrágio dos militantes socialistas na Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL).

O camarada Joaquim Raposo, presidente da Câmara Municipal da Amadora, volta a apresentar-se à votação com a moção “Ganhar os desafios do futuro”,

A primeira responsabilidade da FAUL, defende esta moção, é lançar o processo conducente à escolha dos candidatos do PS aos diversos órgãos autárquicos, motivando a efectiva participação dos militantes nos processos de selecção dos candidatos, conforme

está estatutariamente previsto.

Essa responsabilidade passa por garantir o exercício dos direitos de selecção dos candidatos aos órgãos municipais pelas comissões políticas concelhias e de selecção dos candidatos às assembleias de freguesia pelas assembleias de militantes das secções de residência.

No conjunto de propostas que são defendida pela moção de estratégia “Ganhar os desafios do futuro”, destaque, entre outros pontos, para a defesa de uma maior concertação entre todos os dirigentes, militantes e simpatizantes

da FAUL tendo em vista unir esforços para os combates do futuro, consubstanciados nos três actos eleitorais agendados para 2009.

Para esta lista, o ano de 2009 é também um ano determinante para as próximas eleições autárquicas de 2013.

A lista dos elementos da COC é a seguinte: Dalila Araújo, Pedro Farmhouse, Custódia Fernandes, Carlos Oliveira, Paulo Marques, Marta Rebelo, Teresa Damásio, Manuel Laje, Luís Lopes e Moisés Gil.

O Congresso terá lugar no Teatro Olga Cavall, em Sintra

FEDERAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO



“Realizando em progresso, expandir a democracia”

LUÍS Pita Ameixa é o único candidato à liderança da Federação do PS/Baixo Alentejo. Membro da Comissão Política e Comissão Nacional do PS, o actual presidente da Federação, Luís Pita Ameixa, recandidata-se a um terceiro mandato à frente desta estrutura, com a moção “Realizando em progresso, expandir a democracia”. Advogado, Luís Pita Ameixa é deputado à Assembleia da República desde 2005, integrando as comissões parlamentares do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território e

Orçamento e Finanças. Antes, de 1994 a 2005 foi presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Pita Ameixa refere que a sua moção ao Congresso pretende, em primeiro lugar, sublinhar os valores do socialismo democrático, em segundo, abrir o PS ao exterior e estimular a participação de todos os militantes e simpatizantes na vida interna do partido, e, em terceiro lugar, dar ênfase aos projectos que estão a ser realizados pelo actual no Governo no Baixo Alentejo, como

o Alqueva, aeroporto de Beja e a ligação desta cidade à rede de auto-estradas, importando discutir no próximo mandato a utilização destes projectos como potenciadores do desenvolvimento da região.

O Congresso terá lugar no dia 9 de Novembro, na Pousada de São Francisco, em Beja.

A COC integra os camaradas Fernando Jorge Romba, António Eusébio Loução, António Miguel Góis, Maria da Conceição Casanova, Maria José Soares, Ricardo José Martins e Romana

FEDERAÇÃO DE AVEIRO

À LIDERANÇA da Federação de Aveiro concorrem três candidatos: Adriano Martins, João Pedroso e Afonso Candal, que se

recandidata.

O Congresso realiza-se no dia 8 de Novembro, no Expo-Aveiro – Parque das Feiras

e Exposições de Aveiro.

A Comissão Organizadora do Congresso (COC) integra os camaradas Raul Martins,

Fernando Mendonça, Maria José Silva, Regina Fontes, Hélder Filipe, Rui Sousa, Pedro Martins, Ana Maria Silva e Margarida Gariso.

“Rumo”

AFONSO Candal, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS e membro da Comissão de Orçamento e Finanças da AR, recandidata-se a um segundo mandato à frente dos destinos da Federação de Aveiro, com a moção “Rumo”. Finalista da licenciatura de Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Afonso Candal é membro da Comissão Política Nacional do PS, é deputado desde a

VII legislatura, tendo integrado ao longo destes anos diversas comissões parlamentares. O site da sua candidatura é www.afonsocandal.org

Afonso Candal refere que acredita “na força de uma recandidatura à Federação de Aveiro, sobretudo por sentirmos que esta é legitimada pelo trabalho realizado no mandato anterior”, salientando que “hoje o nosso distrito é mais respeitado e ouvido e isto já se começou a

traduzir na equidade com que os serviços públicos estão a ser instalados em Aveiro”.

E acrescenta que “o rumo do distrito de Aveiro passa indubitavelmente por darmos voz aos nossos militantes para, em conjunto, construirmos um PS participado, mais atraente, com métodos mais aperfeiçoados e, hoje e sempre, interventivo no que concerne aos destinos do distrito”.

“Novos desafios, novos projectos, melhor futuro”

ADRIANO Martins, que se apresenta como candidato à liderança da Federação, é actualmente coordenador da Secção do Partido Socialista de Milheiros de Poiares e membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.

Comerciante de profissão, Adriano

Martins, que foi presidente da Comissão Política do PS de Santa Maria da Feira, tem uma experiência de 25 anos como autarca, tendo sido secretário da Junta de Freguesia de Milheiros de Poiares e vereador da Câmara de S. Maria da Feira.

É o primeiro subscritor da moção “Novos

desafios, novos projectos, melhor futuro”, que tem como objectivos principais levar a cabo um projecto de renovação e abertura e modernização do PS no distrito de Aveiro.

O site da candidatura de Adriano Martins é www.adriano.org

“Dar vida ao PS do distrito de Aveiro”

O JOÃO Pedroso é licenciado em Direito e mestre em Sociologia do Direito pela Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Nacional de Jurisdição do PS desde 2005 e deputado municipal da Câmara de Aveiro, foi chefe de gabinete do ministro do Trabalho e da Solidariedade de 1997 a 2001 e do primeiro-ministro de 2001 a 2002.

Segundo João Pedroso, a moção de que é 1º subscritor, “Dar vida ao PS do distrito de Aveiro”, “não é apenas o nome de uma moção de orientação política: constitui antes um imperativo ético e político de mobilizar os militantes do distrito de Aveiro e, ainda, todos aqueles que queiram trabalhar connosco para o desenvolvimento económico e socialmente sustentado do

nosso distrito”.

E considera que “o texto de uma moção deve conter um plano de acção, de modo a que todos os militantes possam exigir a prestação de contas ao proponente relativamente à concepção e à execução desse mesmo plano”

O site da candidatura é www.joaopedroso.wordpress.com

FEDERAÇÃO DE BRAGA

“Confiança renovada para vencer”

JOAQUIM Barreto apresenta-se como candidato a um novo mandato à frente dos destinos da Federação de Braga, com a moção “Confiança renovada para vencer”. No documento, o camarada Joaquim Barreto refere que a sua candidatura “apresenta-se como a expressão da vontade maioritária dos militantes da Federação de Braga, que reclamam uma Federação unida e coesa, na liderança dos desafios políticos que se nos colocam, no decurso dos próximos dois anos”.

E acrescenta ainda que os valores orientadores da prática política da Federação são “a cooperação institucional, abertura à

sociedade civil, solidariedade e espírito de serviço público”.

Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto desde 1993, Joaquim Barreto é vice-presidente da Comissão Nacional do PS. Entre os cargos que exerce actualmente, Joaquim Barreto integra o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), preside à Associação de Desenvolvimento Rural, Mútua de Seguros e Multisserviços – Mútua de Basto/Norte, da qual foi principal fundador e dinamizador, é membro da direcção da PROBASTO – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto, e preside também à Direcção do Instituto Norte

e Qualidade e presidente da Grande Área Metropolitana do Minho, entre outros. Joaquim Barreto tem o curso de regente agrícola da Escola Superior Agrária de Coimbra.

O site da candidatura de Joaquim Barreto é joaquimbarreto.blogspot.com

O Congresso realiza-se no dia 8 de Novembro, na Póvoa de Lanhoso, nas instalações do ISADE.

A COC é composta pelos camaradas Lúcio Pinto, Ana Paula Pereira, Rui Jorge Xavier, Palmira Maciel Costa, António Joaquim Ramalho, Hugo Alexandre Pires, Sérgio Manuel Matos, Frederico Oliveira Castro e Pedro Vale Silva.



FEDERAÇÃO DE BRAGANÇA



“Consolidar a mudança, garantir o futuro”

O CAMARADA Mota Andrade recandidata-se a um terceiro mandato, com a moção “Consolidar a mudança, garantir o futuro”. No documento, refere que são quatro os fundamentos que o levaram a recandidatar-se. Em primeiro lugar, destaca o facto de “se antecipar um ano pleno de actos eleitorais para os quais o partido tem de estar unido em torno de uma liderança que não resulte de um processo de clivagens e discussões”. Em segundo lugar, frisa, “o partido tem hoje ingentes responsabilidades na governação do país, para as quais é necessário uma inequívoca e afirmativa estabilidade, que implica uma maioria no seu

apoio parlamentar”. A terceira razão da sua candidatura, segundo Mota Andrade, é estarem em curso “um conjunto de projectos cuja realização e concretização deverá ocorrer dentro de um prazo de quatro a cinco anos e de que se destacam a construção da auto-estrada transmontana, do IP2, do IC5, da barragem do Baixo Sabor, da barragem do Tua, entre outros”. Por último, Mota Andrade considera que é seu “dever garantir as candidaturas às eleições autárquicas do próximo ano um total apoio e confiança políticas”.

Membro da Comissão Política e da Comissão Nacional do PS, Mota Andrade, licenciado em

Engenharia Civil, é vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, membro da Comissão Permanente da Assembleia da República, da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional e da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Congresso terá lugar no dia 9 de Novembro, no auditório da Casa da Cultura, em Alfândega da Fé.

Integram a COC os camaradas Manuel Luís Vaz, Fernando Paula, Maria Goretti Carneiro, António João Vaz, Berta Milheiro Nunes, António Júlio Relhas e Eduardo Manuel Tavares.

FEDERAÇÃO DE CASTELO BRANCO



“Determinação, acção, confiança”

MEMBRO da Comissão Política e da Comissão Nacional do PS, Joaquim Morão recandidata-se a um novo mandato à frente da Federação de Castelo Branco do PS. Autarca desde há três décadas, exerceu durante seis anos, de 1976 a 1982, o cargo de vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, autarquia, a cujos destinos viria a presidir de 1982 a 1997. É actualmente presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, desde Janeiro de 1998. É também vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e membro da Comissão Directiva do QREN.

Na sua moção intitulada “Determinação, acção, confiança”, Joaquim Morão refere que

“o PS, que colocou o distrito de Castelo Branco numa trajectória sustentada de desenvolvimento, com justiça e equidade face ao todo nacional, assume que subsistem razões para manter inalterada a atitude reivindicativa de defesa intransigente dos legítimos interesses do nosso distrito e das suas gentes”, acrescentando que a “Federação é um interlocutor incontornável na discussão das opções políticas centrais para o desenvolvimento regional, da reorganização da Administração Central do Estado às políticas públicas de alavancagem da economia, passando pelas novas respostas sociais que o interior requer”.

E adianta que a Federação de Castelo Branco

“vai continuar a concentrar o melhor das suas energias no apoio aos seus activos mais importantes – os militantes, os autarcas, as mulheres e os jovens socialistas – e na defesa das causas, dos princípios e dos valores do socialismo democrático, procurando formas e espaços de discussão e de debate que fomentem a adesão de cidadãos interessados”.

O Congresso realiza-se no dia 8, no Fundão, no Hotel Alambique.

A COC é composta pelos camaradas João José Cristóvão, João Nuno Carvalhinho, Maria Conceição Martins, Vítor Manuel Cunha, Bruno Filipe Ramos, Vítor Manuel Pereira e Hélio Jorge Fazendeiro.

FEDERAÇÃO DE COIMBRA

À FEDERAÇÃO de Coimbra concorrem dois candidatos: Mário Ruivo e Vítor Baptista, que se recandidata.

O Congresso vai ter lugar no dia 9 de Novembro, no auditório da Universidade.

Fazem parte da COC os camaradas António de Sousa Alves, Luís Santarino Fernandes, José Valério, Vítor Manuel

Matos, Henrique Reis, Albertina Jorge, Luís Filipe Pereira, Rodrigo Maia e Adelaide Soares.



“Ganhar o futuro”

VÍTOR Baptista recandidata-se a um terceiro mandato como presidente da Federação de Coimbra, com a moção “Ganhar o futuro”. Licenciado em Economia pela Universidade de Coimbra e em Contabilidade pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Vítor Baptista é actualmente membro da Comissão Política e da Comissão Nacional do PS, vereador da Câmara de Coimbra e deputado na Assembleia da República, onde integra a Comissão Permanente, a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Saúde.

Vítor Baptista refere que com a sua moção pretende-se “contribuir para reforçar o debate

no nosso interior, centrando-o nos militantes, estimulando a sua participação activa nas lutas e decisões que se avizinham”.

O deputado socialista realça que quer continuar com o ciclo de debates realizados com numerosos membros do Governo, que ao longo deste mandato explicaram aos militantes as políticas “mais duras ou menos duras, por que são responsáveis”.

No plano de acção para o próximo mandato, Vítor Baptista propõe duas medidas de âmbito nacional, atendendo à situação económica e social do país. A primeira é a inclusão no sistema jurídico português da figura da “insolência

familiar temporária”, por forma a permitir que as famílias em dificuldade possam demonstrar em tribunal a sua viabilidade financeira, suspendendo a execução de bens hipotecados até um período máximo de três anos.

A segunda medida avançada por Vítor Baptista é o escalonamento progressivo da taxa de contribuição dos trabalhadores para a Segurança Social, a fim de aumentar o rendimento disponível das famílias de menores rendimentos, sobretudo nos vencimentos até 1500 euros mensais.

O site da candidatura de Vítor Baptista é www.ganharfuturo.blogspot.com



“Assumir a diferença”

MÁRIO Ruivo é militante do PS desde 1983. No seu currículo partidário verifica-se que foi membro do Secretariado do PS de Coimbra, da Comissão Nacional do PS, da Concelhia de Coimbra e fez parte da Comissão Política distrital do PS de Coimbra. É actualmente deputado municipal de Coimbra.

Advogado, Mário Ruivo é director do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra.

No seu programa, Mário Ruivo refere que a sua candidatura visa “restituir o PS aos seus princípios ideológicos e o respeito pelos seus estatutos, recuperando a credibilidade e assumin-

do uma relação solidária e activa com todas as estruturas eleitas na defesa de um distrito mais forte e socialista. Um PS aberto à sociedade e defensor de valores e não de interesses”.

É pois, sublinha, “uma Federação nova que o distrito precisa, que a política distrital reclama e que se assume como ponto de honra. O espaço e o tempo gasto com o fulanismo, com a mediocridade e o desvirtuar da ‘praxis’ deve dar lugar à cidadania, no legado de todos os que nos precederam – Miguel Torga, Fernando Valle e Fausto Correia – e que a própria modernidade reclama”.

Mário Ruivo defende ainda “uma Federação

de Coimbra em que o PS seja representativo das bases, participativo, descentralizado, emanado do interesse geral. Uma Federação solidária como seu secretário-geral e com o seu Governo na defesa do projecto socialista e na afirmação do PS como uma organização credível na defesa dos portugueses e do Estado Social. Uma Federação exigente e responsável na defesa da dignidade do exercício da vida política e de Coimbra como capital da Região Centro”.

O site da candidatura de Mário Ruivo é mirdiferenca.blogspot.com

FEDERAÇÃO DE ÉVORA



“Pelo Alentejo, um PS ainda mais Forte”

NORBERTO António Lopes Patinho é recandidato e primeiro subscritor da única lista concorrente às eleições para a presidência da Federação do PS de Évora.

Na moção global de orientação política “Pelo Alentejo, um PS ainda mais Forte” entre outros pontos, defende-se que o PS

deve continuar a ser um partido merecedor da confiança dos alentejano, permanecendo como o partido mais votado no distrito de Évora, defendendo esta moção igualmente uma estratégia de maior ligação à sociedade civil, criando as condições para que mais quadros técnicos da região adiram ao PS e que novos

militantes surjam no partido.

Os membros da Comissão Organizadora do Congresso (COC) são:

Francisco Chalaça, Nazaré Lança, Paula Deus, Margarida Félix, José Santinha Lopes.

O Congresso realiza-se no próximo dia 8 de Novembro no Cineteatro de Mourão

FEDERAÇÃO DA GUARDA

DUAS candidaturas vão apresentar-se às eleições da Federação do PS da Guarda. A lista A encabeçada pelo camarada Eduardo Mendes de Brito e a lista B liderada pelo

camarada José Albano Pereira Marques.

A lista dos elementos que compõem a COC é a seguinte: Maria do Carmo Pires Almeida Borges, António Manuel Garcia

da Silva Saraiva, Cristina Amélia Nunes Mendes, José Alberto Sequeira Abrantes, Joana Margarida Santos Garcia de Carvalho, Daniela Filipa Martins Clara, Luís

Miguel Ginja Fonseca.

O Congresso, que se vai realizar no dia 8 de Novembro, terá lugar no Hotel de Turismo da Guarda.



“Exigência e ambição”

EDUARDO Brito defende, na sua moção, o apoio ao Governo e à política desenvolvida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, posição que considera fundamental para garantir a confiança e a segurança aos portugueses e a necessária “renovação da maioria absoluta em 2009”.

Uma vez que os sucessos do PS, ao longo de mais de três décadas, devem-se aos seus militantes, é necessário privilegiar e reforçar do seu papel na vida do Partido Socialista.

A moção “Um PS Forte com exigência e am-

bição” preconiza, por outro lado, a criação de um gabinete de estudos com não mais de cinco pessoas, que deve estar preparado para analisar os problemas do distrito, em articulação com as comissões políticas concelhias, a distrital e os autarcas, preconiza a criação de um conselho consultivo, estrutura esta que deverá ser constituída por personalidades do distrito.

Esta moção, lembra, por outro lado, que o PS possui uma boa estrutura organizativa, na qual as secções e as comissões políticas Concelhias têm um papel determinante, que

deve ser reforçado e valorizado.

O texto programático, cujo primeiro subscritor é o camarada Eduardo Brito, defende também que o partido preserve a sua autonomia, evitando que a generalidade dos principais cargos partidários sejam cumulativamente ocupados pelas principais figuras do Governo, acrescentando que as funções partidárias devem ser valorizadas, sobretudo num contexto de poder, em que a solidariedade devida ao Governo não pode comprometer o acompanhamento crítico da aplicação do seu programa.



“Agarrar o futuro, Guarda maior”

QUANTO à moção liderada pelo camarada José Albano Marques, “Agarrar o futuro, Guarda maior”, o mote é Organização, Proximidade, Debate de Ideias, Combatividade e Acção Política para Vencer.

Do ponto de vista interno, José Albano Marques coloca o militante de base como pilar do seu projecto, não esquecendo a necessidade de mais informação, formação e acompanhamento aos autarcas do PS, prometendo a regular realização de Convenções Autárquicas Distritais. Através da criação de um conselho de presidentes de concelhia pretende fortalecer a comunicação, entre a Federação e as estruturas concelhias, evidenciando uma articulação política destinada aos catorze concelhos do distrito. Para este objectivo conota a Juventude Socialista

e o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas como dois parceiros imprescindíveis e indispensáveis.

Esta moção, defende ainda, do ponto de vista externo, que o PS deve manter o cariz de partido de referência em relação às políticas sociais mas nunca descurar a defesa da acção política do Governo em relação às suas medidas reformistas que tornaram Portugal mais credível, mais qualificado e mais moderno. Nesta matéria propõe a realização de dois grandes projectos. Em primeiro a criação do Fórum Novas Fronteiras – Guarda, para que, ao lado de José Sócrates, se valorize, difunda e explique as boas medidas do Governo nas diferentes áreas de desenvolvimento, onde estará inerente um objectivo crucial de abertura do PS à sociedade civil. Em segundo,

a criação da Universidade Novos Desafios, que pretende dotar a região com uma agenda activa do PS, mobilizando sectores alargados da sociedade distrital, pilares para uma preciosa ajuda na definição de boas políticas que apostem no que conta: mais emprego, mais investimento, melhor saúde e melhor educação.

Preconiza ainda, um objectivo claro, no que concerne aos três actos eleitorais do próximo ano, mencionando frequentemente “Vencer 2009 é nosso desafio”.

Valorizar militante de base, ladear os autarcas, defender e promover a acção política do Governo do PS e de José Sócrates, chamar a sociedade civil para o debate político são o caminho para o desafio de José Albano Marques, “Vencer 2009”.

FEDERAÇÃO DE LEIRIA



“Ambição de vencer”

JOÃO Paulo Pedrosa, primeiro subscritor da moção “Ambição de Vencer”, lista única que será sufragada pelos militantes socialistas, defende que o Partido Socialista, perante os enormes desafios que tem pela frente no próximo ano, ao ter que enfrentar quatro actos

eleitorais da maior relevância, considera que a estratégia política deve actuar assente em três pilares fundamentais: na modernização e na mobilização; no crescimento e na abertura à sociedade e em propostas políticas renovadas.

A lista da COC para o Congresso, que se

realizará em 9 de Novembro próximo, e que terá lugar no Cineteatro de Porto de Mós, é a seguinte: Virgílio David, Ana Elisa, Alzira Henriques, Carlos Tomas, Delfim Azevedo, Fernando Antunes, Paulo Vicente, Tereza Coelho, Tiago Gonçalves.

FEDERAÇÃO DE PORTALEGRE



“Vencer o presente para garantir o futuro”

A LISTA única liderada pelo camarada Rui Guerreiro Marques Simplício, primeiro subscritor da moção “Vencer o presente para garantir o futuro”, apresenta-se a sufrágio dos militantes do PS do distrito de Portalegre com duas ideias-força ligadas quer às questões sociais, quer em relação à problemática económica.

Em relação ao primeiro tema, a moção liderada pelo camarada Rui Simplício defende um maior diálogo intergeracional, recordando que o distrito de Portalegre representa 6.5% da área total do país, sendo o sexto maior

distrito do continente em termos de dimensão geográfica.

O envelhecimento e a desertificação populacional do distrito são uma realidade incontornável que o PS e o Governo têm vindo a contrariar através da aplicação de políticas que têm por objectivo contribuir para a inversão desta situação.

Também as questões ligadas ao desenvolvimento económico do distrito têm merecido e vão continuar a merecer por parte dos socialistas do distrito de Portalegre uma atenção redobrada, propondo a moção “Vencer o presente

para garantir o futuro”, um olhar redobrado pelas potencialidades que o distrito encerra, defendendo que a aposta deve passar pela consolidação de grandes opções estratégicas territoriais, com especial relevo para aquelas que podem criar dividendos para o distrito e para os agentes económicos aqui sedeados.

Os elementos da COC são: António Realinho, Marco Oliveira, Isabel Raminhas, Cecília Oliveira, Jaime Ceia.

O Congresso federativo vai realizar-se no dia 8 de Novembro e terá lugar no Cineteatro de Niza.

FEDERAÇÃO DO PORTO

À FEDERAÇÃO do Porto concorrem três listas encabeçadas pelos camaradas Renato Sampaio, Pedro Baptista e Eduardo Saraiva, com as moções “Ambição para vencer”, “Servir o Porto, a região e o país”, e “Voltar a acreditar

– mudar, inovar, descentralizar”, respectivamente.

Os camaradas Afonso Lobão, Mário Mourão, Ana Maria Rocha, Abílio Santos, José Tunes, Laura Santos, Fernando Oliveira, Conceição Loureiro e Paulo

Moz Barbosa integram a Comissão Organizadora do Congresso Federativo portuense, que se realizará no próximo dia 8 de Novembro, no Centro de Congressos de Matosinhos.



“Ambição para vencer”

HÁ DOIS anos – lembra Renato Sampaio – candidatou-se à liderança da Federação do Porto assumindo o compromisso de “fazer regressar o PS às vitórias em 2009”, mediante a “afirmação de uma nova cultura política alicerçada numa visão de esquerda moderna e na certeza de que o partido está sempre acima das estratégias e protagonismos pessoais”.

Agora – garante – candidata-se a um segundo mandato com a moção “Ambição para vencer”, satisfeito pelo dever cumprido.

Segundo o actual presidente da Federação do Porto, também membro da Comissão Política e da Comissão Nacional do PS, o

seu projecto de liderança dos socialistas portuenses passa agora por conquistar uma representação autárquica mais forte do partido no distrito, promover a implementação de um plano integrado de desenvolvimento económico e social e reforçar os processos de descentralização de competências para as freguesias e municípios.

Para Renato Sampaio, vive-se “um dos mais desafiantes momentos da história do PS/Porto”, pelo que se impõe que a Federação “mobilize a energia transformadora capaz de devolver ao distrito a ambição, a esperança e a confiança capazes de lhe trazer

um novo ciclo de vida”.

Refira-se que a candidatura do camarada Renato Sampaio tem sede no 1º andar da Federação do Porto e conta com um site na Internet: www.renatosampaio.net.

Ainda a propósito de Renato Sampaio, diga-se que é deputado eleito pelo círculo eleitoral do Porto à Assembleia da Republica, membro da Comissão Parlamentar de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente e coordenador dos deputados do PS nesta comissão, membro da Comissão Defesa e Integração da Delegação da Assembleia da Republica à Assembleia Parlamentar da NATO.



“Servir o Porto, a região e o país”

AJUDAR a construir “um Porto afirmativo”, que mantenha “uma solidariedade crítica e activa” com o nosso Governo, mas “com pensamento próprio”, é uma das metas centrais traçadas pela candidatura do camarada Pedro Baptista à liderança da correspondente Federação socialista.

Membro da Comissão Política Concelhia do PS/Porto, Pedro Baptista vai levar a sufrágio, no Congresso Federativo de Novembro, a moção intitulada “Servir o Porto, a região e o país”, com a qual se propõe reforçar o papel do PS como “partido participativo e vencedor” no distrito.

Pedro Baptista quer ainda “devolver o par-

tido às bases, através da eleição por essas mesmas bases dos candidatos a deputados pelo Porto”.

Nas autárquicas, “vamos voltar a ganhar o distrito”, garante, convicto, esclarecendo porém que, se resultar eleito presidente da Federação, zelará para que os candidatos socialistas da região se mantenham “inteiramente concentrados na missão de vencer nas respectivas câmaras”, sem se dividirem no exercício de vários cargos políticos.

Também a dinamização do debate interno e a informatização de todas as secções socialistas

do Porto são prioridades da candidatura de Pedro Baptista, cuja sede se encontra localizada no rés-do-chão da Federação e que conta com um blog na Internet: <http://servir-o-porto.blogspot.com>.

Refira-se que o camarada Pedro Baptista é portuense de Nevogilde, doutorado em Filosofia, romancista, ensaísta, professor e investigador.

Foi fundador de “O Grito do Povo” em 1971, preso e deportado, em 1973, e deputado à Assembleia da República no quadriénio de 1995-1999 como independente, tendo aderido ao PS em 1995.



“Voltar a acreditar – Mudar, inovar, descentralizar”

O CAMARADA Eduardo Saraiva encabeça a terceira lista de candidatos à direcção do PS/Porto com a moção “Voltar a acreditar – mudar, inovar, descentralizar”.

No documento, este membro da concelhia socialista do Porto sustenta que a estrutura federativa portuense deve assumir o papel de “intérprete” dos interesses desta vasta região junto do Governo, “alertando-o para uma acção atempada” e não para a simples reacção.

Sedeada no 1º andar do edifício da Federação, a candidatura de Eduardo Saraiva

propõe-se “servir e contribuir” para que o PS/Porto seja “mais forte, mais activo e mais reivindicativo”.

Ao apresentar as “três linhas de rumo” do seu projecto de liderança, este antigo membro da Assembleia de Freguesia de Lordelo do Ouro, que se retirou recentemente da Comissão Política Distrital do Porto, compromete-se a “ajudar a conquistar a Câmara do Porto” e “contribuir no terreno para ampliar a representação autárquica do PS, no distrito, sem coligações”.

No ponto da “regionalização”, o candidato à liderança dos socialistas portuenses defende a preparação de “programas à escala concelhia” que expliquem aos militantes e cidadãos em geral os benefícios da descentralização administrativa.

Como terceira “linha de rumo” deixa a garantia de “tudo fazer para, em conjunto com outros camaradas mais especializados e personalidades regionais, caminhar numa grande frente de combate à pobreza e exclusão social”.

FEDERAÇÃO DA REGIÃO OESTE



“Unir para vencer os desafios do futuro”

RUI José Prudêncio encabeça a lista única à liderança da Federação da Região Oeste (FRO).

Militante da secção e da concelhia de Torres Vedras, o candidato e actual presidente desta estrutura socialista, apresenta-se a votação com a moção “Unir para Vencer os Desafios do Futuro”.

Esta moção de estratégia propõe, entre outras iniciativas abrir a Federação aos problemas da região e aos seus municípios, acolhendo assim o contributo de todos aqueles que desejem participar na constru-

ção de um futuro melhor, defendendo ainda a criação de fóruns de estudos regionais e um reforço da participação feminina na FRO.

Consignada na moção de estratégia está também a abertura da Federação aos sinais e exigências do nosso tempo, uma Federação que se retende próxima das pessoas, e que vá ao encontro das suas expectativas e anseios, mas também uma estrutura capaz de ser genuinamente democrática e plural nas suas possibilidades de participação. A moção defende ainda uma Federação

mobilizadora que saiba contribuir para a dignificação da actividade política, que promova a abertura do partido, a fim de criar um debate de ideias que torne claro qual o projecto do PS para a região.

A lista dos elementos da COC é a seguinte: João Pereira, José Lourenço Maurício, António Pedro Franca Carvalho, Edite Maria Pinto Fernandes Antunes, Cláudia Sofia Horta Ferreira.

O Congresso federativo terá lugar no Hotel Gof Mar – Porto Novo – Maceira – Torres Vedras.

FEDERAÇÃO DE SANTARÉM



“A força da mudança”

COM a moção “A força da mudança”, o camarada Paulo Fonseca, depois de ter suspenso funções devido à sua nomeação para governador civil, volta a candidatar-se à presidência da Federação socialista de Santarém, actualmente liderada por António Rodrigues.

Tendo como desiderato central “promover a unidade do partido e a grandeza da ambição regional”, a candidatura de quem é hoje governador civil de Santarém e foi

várias vezes presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Ourém, assim como autarca nesse concelho, propõe-se “renovar as vitórias” socialistas no distrito nas próximas eleições autárquicas, legislativas e europeias.

Além disso, quer dar voz aos cidadãos e reforçar a participação, fazer um forte investimento no património das ideias, “liderar a regionalização” e “democratizar o Estado”, através do “reforço da coesão nacional”.

O congresso Federação do PS de Santarém realiza-se no dia 8 de Novembro, no Cine-Teatro Alcanena.

Integram a COC respectiva os camaradas Manuel Afonso, Luís Ferreira, Fernanda Maurício, Pedro Ribeiro, Fátima Galhardo, José Arruda e Rita Morte.

Para mais informações sobre esta candidatura do camarada Paulo Fonseca consulte-se, na Internet, o site www.paulofonseca2008.blogspot.com.

FEDERAÇÃO DE SETÚBAL



“Servir Setúbal – Pelas causas do socialismo”

É PARA “Servir Setúbal – Pelas causas do socialismo” que Vítor Ramalho apresenta a sua recandidatura à liderança da Federação, submetendo a votos a moção com este mesmo título no Congresso que se realizará no próximo dia 8 de Novembro, no auditório do Centro Paroquial da Anunciada.

Contando com o apoio de 12 das 13 concelhias socialistas da região, Vítor Ramalho está confiante na vitória do seu projecto de liderança e garante estar preparado para enfrentar, junto dos militantes, os próximos desafios eleitorais.

Para este antigo deputado socialista à

Assembleia da República, que renunciou ao mandato parlamentar quando assumiu a presidência do Inatel, também membro, a nível partidário, da Comissão Política e da Comissão Nacional, as eleições legislativas não deixam margem para dúvidas.

“Como sempre, voltaremos a ter maioria absoluta em Setúbal”, afirma.

Quanto às autárquicas, frisa que “o Partido Socialista é a única alternativa no distrito”, lembrando de seguida que “a direita nunca governou uma única câmara da região”.

Em relação “à esquerda à nossa esquerda”, sustentou que ela “não elege vereadores, logo

os votos nela serão perdidos”.

Já no que diz respeito às eleições para o Parlamento Europeu, o dirigente socialista sustenta que, “pela importância do distrito de Setúbal, o PS tem de ter uma representação digna nesta instituição da União”.

Para obter mais informações sobre a candidatura de Vítor Ramalho, pode consultar-se o respectivo site da Internet em www.vramalho-ps.com.

Refira-se que os camaradas Alberto Antunes, Guilhermina Ruivo, João Barata, José Inocêncio, José Reis, Sofia Cabral e Teresa Almeida integram a COC de Setúbal.

FEDERAÇÃO DE VIANA DO CASTELO



“Mobilizar e reforçar o PS para afirmar o Alto Minho”

CONVICTO de que valeu a pena o trabalho político desenvolvido para manter o Partido Socialista “vivo na dinâmica das suas estruturas concelhias, activo na vida autárquica e associativa, empenhado no desenvolvimento social, económico e cultural da região minhota e solidário no apoio à acção do Governo”, Rui Solheiro candidata-se a um terceiro mandato como líder da Federação de Viana do Castelo com a moção “Mobilizar e reforçar o PS para afirmar o Alto Minho”.

“Estamos decididos a constituir e liderar uma equipa empenhada que dignificará o

PS e que estará fortemente motivada para enfrentar os exigentes desafios políticos que se aproximam”, lê-se no documento que o camarada Rui Solheiro levará ao Congresso que se realizará no Teatro Diogo Bernardes, em Ponte de Lima, a 8 de Novembro.

Com esta nova candidatura, o dirigente socialista, que é membro da Comissão Política e da Comissão Política Nacional, presidente da ANA/PS e edil na Câmara de Melgaço, propõe-se concretizar um plano de trabalho que inclui o apoio às estruturas partidárias locais, a manutenção do boletim informativo,

a promoção de debates temáticos, a preparação das eleições legislativas e europeias, bem como a realização de uma grande Convenção Autárquica Distrital e de convenções em todos os concelhos, de onde sairão as listas de candidatos e os programas eleitorais com que o PS de Viana do Castelo concorrerá às autárquicas, “determinado a vencer nos dez municípios do distrito”.

Os camaradas Rosalina Martins, Fernando Cabodeira, Jorge Fão, Conceição Soares, Fernando Matias, Fernando Rodrigues, Jorge Silva, José Pontes e Luís Palma integram a COC.

FEDERAÇÃO DE VILA REAL



“PS de Vila Real – Ambição com futuro”

O ACTUAL líder dos socialistas vila-realenses, camarada Rui Santos, candidata-se a um segundo mandato à frente desta Federação com a moção “PS de Vila Real – Ambição com futuro”.

Num documento em que aponta o sentido das linhas programáticas da sua liderança, Rui Santos destaca também os investimentos feitos pelo Governo do PS no distrito, bem como as medidas implementadas no âmbito da reforma do Estado que, no seu entender, contribuíram em muito para a afirmação de Vila Real como a segunda capital do Norte.

Membro da Comissão Política Distrital e do Secretariado do PS/Vila Real, Rui Santos propõe-se, com esta nova candidatura, ajudar a que os socialistas repitam a vitória obtida nas eleições legislativas de 2005, lutar para que os distritos de Vila Real e Bragança posicionem, de forma alternada, um candidato da região num lugar elegível ao Parlamento Europeu. Pretende também ganhar mais câmaras e juntas de freguesia e conquistar mais mandatos nas autárquicas.

Para ler a moção acima referida e obter informações adicionais pode aceder-se o sítio na Internet www.ambicaoofuturo.com

blogspot.com e escrever para o endereço de correio electrónico ambicaoofuturo@clix.pt, respectivamente.

A candidatura à presidência da Federação do PS/Vila Real liderada por Rui Santos vai submeter-se a votos no dia 8 de Novembro, no Pavilhão Municipal de Mondim de Basto.

A Comissão Organizadora do Congresso é constituída pelos camaradas Humberto Cerqueira, Alcides Amaral, António Gonçalves Lopes, Carlos Leal da Costa, Francisco Rocha, Maria Helena Rodrigues, Paulo Mota Silva, Vítor Gomes e Vítor Silva.

FEDERAÇÃO DE VISEU



“Manter o rumo: Consolidar o futuro”

LÍDER dos socialistas de Viseu desde 1992, o camarada José Junqueiro propõe-se a um novo mandato à frente da Federação com a moção “Manter o rumo: consolidar o futuro”, na qual expressa como objectivos centrais da sua candidatura o reforço da organização interna do partido, o aumento do número de militantes, a promoção do debate interno e do diálogo com a sociedade civil, afirmando o PS como “o primeiro

protagonista político no distrito”.

Membro da Comissão Política Nacional do partido, vice-presidente da bancada socialista na Assembleia da República, Junqueiro vai a votos no próximo dia 9 de Novembro, manifestando o seu empenho em enfrentar com sucesso, todos os reptos eleitorais do próximo ano, à frente do PS/Viseu.

O Congresso Federativo dos socialistas visenses realizar-se-á no Pavilhão Muni-

cipal de Mangualde.

Os camaradas Acácio Pinto, Adelino Pereira Aido, Neuza Carina Oliveira Carvalho, Maria Fátima Duarte Almeida Pinho, Manuel Armando Lopes Martins integram a COC.

Mais informações sobre a candidatura de José Junqueiro à presidência da Federação do PS de Viseu encontram-se acessíveis em www.psviseu.net.

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2009

Um resultado da responsabilidade do Governo PS

O Orçamento de Estado para 2009, entregue na Assembleia da República, no passado dia 14 de Outubro, pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, é marcado pela responsabilidade: a responsabilidade financeira, a responsabilidade social e a responsabilidade no apoio à economia, às empresas e à criação de emprego.

NESTE contexto de crise nos mercados financeiros internacionais, de elevada volatilidade do preço do petróleo, de subida nas taxas de juro e de agravamento das tensões inflacionistas, a actividade das economias europeias tem vindo a ressentir-se, com as taxas de crescimento do PIB da UE e da Zona Euro a registarem em 2008 valores bastante abaixo do previsto há um ano atrás e as previsões de crescimento para 2009 a serem objecto de consecutivas revisões em baixa. O enquadramento subjacente ao Orçamento do Estado perspectiva para Portugal um crescimento de 0,8% em 2008 e 0,6% em 2009.

Em relação às finanças públicas, são de salientar os bons resultados obtidos com o processo de consolidação orçamental, que garantiu em Junho de 2008 um ano antes do previsto, o encerramento do procedimento de défice excessivo colocado a Portugal em 2005, situando-se o défice orçamental de 2007 em 2,6% do PIB. Em 2008, o défice orçamental fixar-se-á em 2,2% do PIB, que representa o valor mais baixo dos últimos 30 anos. O Orçamento do Estado para 2009 mantém a linha de rigor e responsabilidade na gestão das finanças públicas seguida ao longo da legislatura, prevendo-se um défice de 2,2% do PIB para 2009. Deste modo, o Governo não agrava o défice orçamental, reforçando a qualidade e a sustentabilidade das finanças públicas. O Orçamento para 2009 é, pois, um orçamento de rigor financeiro e de apoio às empresas e às famílias.

O ajustamento do saldo orçamental no período compreendido entre 2005 e 2007, de 3,5% do PIB, foi conseguido com um contributo maior do lado da despesa do que do lado da receita.

A redução operada no défice e na dívida pública, e a forma sólida como esta foi conseguida, conferem ao país uma vantagem muito significativa. Na verdade, a melhoria verificada na solidez financeira é particularmente importante num momento em que os mercados financeiros internacionais estão mais exigentes nos seus critérios de concessão de financiamento, permitindo o acesso aos mercados financeiros em melhores condições. Sendo certo que as condições gerais de financiamento nos mercados internacionais se têm agravado a nível global, esse agravamento seria bem mais severo para Portugal se ainda estivéssemos em situação de défice excessivo.

Daí que o processo de reequilíbrio das contas públicas tenha sido decisivo para que o OE para 2009 se constituísse como um instrumento de acção governativa de combate à crise financeira e de resposta às dificuldades trazidas pela conjuntura económica externa. Só com contas públicas controladas se tornaram possíveis as medidas adoptadas desde 2008 e que se reforçam e alargam para 2009, tanto ao nível das famílias, como ao nível das empresas.

O bom desempenho orçamen-



tal permite apoiar os sectores da nossa população mais afectados pelas consequências do contexto internacional adverso, sem comprometer a estabilidade das contas públicas, através de medidas sociais como o aumento do abono de família nos 1.º e 2.º escalões, o reforço da acção social escolar, o passe escolar, a majoração para os escalões mais baixos de rendimento das deduções em IRS dos encargos com a habitação própria, a redução do IMI e o alargamento do prazo de isenção deste imposto para quatro e oito anos. O Orçamento para 2009 dá expressão e suporte financeiro a todas estas medidas. Mas representa também a garantia de outros apoios. Serão, designadamente, criados mecanismos que permitam aos titulares de habitação própria e permanente alienar o respectivo imóvel a um fundo imobiliário ou sociedade de investimento, substituindo os encargos com mútuos por uma

renda de valor inferior à prestação correspondente ao empréstimo bancário e mantendo uma opção de compra sobre o imóvel que arrendem. A estas medidas adiciona-se o reforço de medidas já existentes, como o Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos, Retribuição Mínima Mensal Garantida e Acção Social Escolar.

Foi ainda desenvolvido um conjunto transversal de apoios que alavancam as outras vantagens criadas, nomeadamente pela redução dos custos de contexto operados pela simplificação administrativa e pela agilização e desoneração do acesso ao financiamento para investimento, com a instituição de linhas de crédito. Entre as medidas previstas no Orçamento para 2009, destacam-se a redução responsável de impostos, na sequência da já verificada em sede do IVA em 2008, com a criação de uma taxa geral de tributação em sede de IRC de

12,5% aplicável à matéria colectável até 12.500 euros/ano, para além da redução dos pagamentos por conta para as PME.

Num período em que os portugueses são chamados para ultrapassar as dificuldades, o Governo não pode condescender com aqueles que, defraudando o fisco, estão a prejudicar os contribuintes cumpridores e solidários com o progresso do país. Assim, em 2009 será intensificado o combate à fuga e evasão fiscais, pela implementação de novas medidas como é o caso do agravamento do regime fiscal dos sinais exteriores de riqueza, consagrando-se a liquidação imediata e a cessação do sigilo bancário, com permissão de acesso imediato às contas.

Estas medidas permitirão aos portugueses – empresas e famílias – ultrapassar este período de incerteza. Mas é igualmente claro para o Governo que é vital continuar a progredir de forma acelerada na implementação de reformas estruturais na economia nacional, dado que esta necessita ainda de efectuar importantes ajustamentos reais para aumentar a sua produtividade, fortalecer a sua competitividade e reforçar a capacidade de criação de emprego dos agentes económicos nacionais.

Assim, pela manutenção da solidez nas finanças públicas, pela consolidação das alterações estruturais implementadas na Administração Pública, pela melhoria do serviço público prestado às pessoas e às famílias, pela redução dos custos de contexto das empresas, pelas medidas de melhoria da equidade, eficácia e eficiência fiscal introduzidas, pelos incentivos concedidos à reformulação do perfil de especialização das empresas e dos profissionais, pela aposta na Educação, I&D e Ciência e Tecnologia, pelos apoios garantidos às famílias que mais necessitam e pela responsabilidade, prudência e rigor com que foi elaborado, ficam os portugueses, com este orçamento, melhor preparados para continuar, de forma sólida, o caminho em direcção ao progresso que todos ambicionamos.

CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (2007-2009)

(Milhões de euros)

	2007		2008		2009	
	% PIB	valor	% PIB	valor	% PIB	valor
Receita total	70 372,3	43,2	73 860,1	43,9	75 997,7	43,8
Receita fiscal e contributiva	59 517,5	36,5	61 625,7	36,6	61 361,2	35,3
Despesa total	74 590,3	45,7	77 556,2	46,1	79 848,2	46,0
Despesa corrente primária	64 308,6	39,4	67 742,9	40,2	67 947,9	39,1
Despesa primária	69 998,7	42,9	72 508,6	43,1	74 072,2	42,6
Saldo	-4 218,1	-2,6	-3 696,1	-2,2	-3 850,5	-2,2
PIB nominal	163 082,9	-	168 356,4	-	173 683,8	-